



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

FLÁVIA SOUSA DE SENA

A Educação de Jovens e Adultos e suas possibilidades no Plano Municipal de
Educação do Conde/PB (2015-2025)

JOÃO PESSOA

2019

FLÁVIA SOUSA DE SENA

**A Educação de Jovens e Adultos e suas possibilidades no Plano Municipal de
Educação do Conde/PB (2015-2025)**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, na linha de Educação Popular, como requisito para obtenção de título de Mestrado em Educação, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Gonzaga Gonçalves.

JOÃO PESSOA

2019

S474e Sena, Flávia Sousa de.

A Educação de Jovens e Adultos e suas possibilidades no
Plano Municipal de Educação do Conde/PB (2015-2025) /

Flávia Sousa de Sena. - João Pessoa, 2020.

110 f. : il.

Orientação: Luiz Gonzaga Gonçalves.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação de Jovens e Adultos; Poder local. 2. Plano
Nacional de Educação (PNE). 3. Plano Municipal de
Educação (PME); Conde. I. Gonçalves, Luiz Gonzaga. II.
Título.

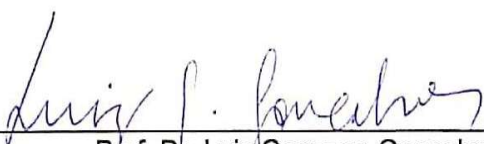
UFPB/BC

FLÁVIA SOUSA DE SENA

A Educação de Jovens e Adultos e suas possibilidades no Plano Municipal de
Educação do Conde/PB (2015-2025)

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, na linha de Educação Popular, como requisito para obtenção de título de Mestrado em Educação, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Gonzaga Gonçalves.

BANCA EXAMINADORA

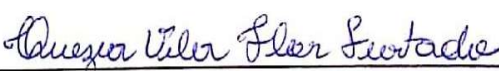


Prof. Dr. Luiz Gonzaga Gonçalves
(Orientador – PPGE UFPB)

Prof^o. Dr^a. Marinaide Lima de Queiroz Freitas (UFAL)
(Membro externo)



Prof. Dr. Daniel Valério Martins (UFPB/PPGE)
(Membro interno)



Prof^a. Dr^a. Quézia Vila Flor Furtado (UFPB/CE/EJA)
(Membro interno)

“Não há saber mais ou saber menos. Há saberes diferentes”.

DEDICATÓRIA

A Deus, por ter me concedido o sopro de vida
À minha mãe, por ter me dado a vida e ser espelho em todo percurso vivido;
Aos meus filhos e neto por ser a força do meu viver;
Ao meu professor Luiz, por ser fonte de inspiração no meu trajeto de pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, pelo dom da vida e por me oportunizar, a cada amanhecer, vivências e partilhas de saberes significativos ao exercício do viver.

Aos meus pais, por terem me educado, cuidado de mim e preparado para a vida;

Aos meus filhos, nora, genro, irmãs, demais familiares e todos os meus amigos pelo carinho e compreensão nos meus momentos de ausência;

A José, pelo companheirismo, sempre. Toda a minha gratidão a você, por ter sido a “flor branca”, iluminada pelo sol do Conde, que nasceu em meio ao asfalto das estradas percorridas, à procura das indicialidades.

Aos professores do PPGE, com os quais tive a oportunidade de compartilhar ricos e agradáveis momentos de aprendizagem. Em especial, agradeço ao meu orientador professor Luiz Gonzaga, pela confiança, pelo apoio, dedicação e tranquilidade na orientação de cada etapa da pesquisa, apontando sempre a trilha mais segura a seguir;

Aos colegas da turma 37, com destaque para os companheiros da linha de pesquisa educação popular que, por ocasião da dinâmica do curso, estiveram mais próximos, e juntos compartilhamos saberes, desafios e alegrias, construindo assim boas relações de amizade. Em especial agradeço à Déa Limeira, Bete Delfino, Malu e Bartolomeu Júnior, por estarem mais próximos nessa jornada de pesquisa.

Ao “Grupo de Pesquisa de Educação de Jovens e Adultos e Educação Popular: A Pesquisa a Serviço da Prática Educativa”, por ser fonte de “novo fôlego” em toda caminhada de pesquisa.

Aos membros da banca avaliadora, especialmente por se disporem a contribuir com minha formação.

Aos funcionários do PPGE.

Aos sujeitos da EJA do Conde (PB), por toda a atenção e solicitude a minha pesquisa.

À amiga Edivânia Pires pelas conversas frutíferas sobre a pesquisa.

À secretária de Educação do Município do Conde (PB) Aparecida de Fátima Uchoa Rangel pela abertura e confiança à realização da pesquisa e a toda equipe de coordenação da EJA e do PME.

A todos que de alguma forma contribuíram com a realização desta pesquisa.

Gratidão!

RESUMO

A presente pesquisa investiga questões da Educação de Jovens e Adultos e suas possibilidades no Plano Municipal do Conde (PB), com recorte nos anos iniciais, referente aos ciclos de alfabetização. Traz como foco de atenção as características do compromisso do poder local com a Educação de Jovens e Adultos. Busca-se identificar a discussão da educação de Jovens e Adultos junto às ações desenvolvidas pela rede de educação municipal do Conde (PB), no âmbito do Plano Municipal de Educação (PME/2015-2025), de acordo com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024). Para alcançar tal entendimento, foi necessário buscar compreender as características inerentes aos processos de enraizamento do compromisso do poder local em espaços de Educação de Jovens e Adultos, bem como conhecer as ações desenvolvidas pela rede de educação do Conde (PB) no âmbito do PME (2015-2025) com comprometimento com a educação de Jovens e Adultos. Adotou-se a pesquisa qualitativa como fio condutor do estudo, no âmbito de uma pesquisa exploratória, elegendo, no percurso, o método indiciário, para a elucidação dos problemas levantados. A fase de levantamento de dados transcorreu numa perspectiva dialogal freireana, percorrendo o território pesquisado, ouvindo os sujeitos da pesquisa, com temas iniciados a partir de questões abertas, no intuito de encontrar, ou não, indícios dos elementos buscados na pesquisa. Os dados foram adquiridos através de anotações em diário de campo, de entrevistas semiestruturadas, com técnicos da secretaria de educação municipal e educadores, bem como através de grupos focais com alunos que representam uma possível demanda para a EJA. Constatamos que os processos de aquisição da leitura e da escrita, que devem se associar aos ciclos de alfabetização da EJA, são aspectos importantes para a existência e materialização das metas do Plano Municipal de Educação para esta modalidade de educação, já que a alfabetização e o letramento de adultos são partes importantes nos processos de permanência e continuidade da demanda existente entre os interessados do município.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos; Poder local; Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Municipal de Educação (PME); Conde.

ABSTRACT

The present research investigates issues of Youth and Adult Education and its possibilities in the Municipal Plan of Conde city (PB), with a clipping on the initial series, referring to the alphabetization cycles. It brings as focus of attention the characteristics of the local government commitment with the Youth and Adult Education. It seeks to identify the discussion of Youth and Adult education together with the actions developed by the municipal teaching network of Conde city (PB), in the scope of the Municipal Education Plan (2015-2025), according to the goals of PNE (2014-2024). To reach such understanding, it was necessary to seek the comprehension of the inherent characteristics to the rooting processes of local government commitment in Youth and Adult Education spaces, as well as to know the actions developed by the teaching network of Conde (PB) in the ambit of PME (2015-2025) with the commitment to the Youth and Adult Education. It was adopted the qualitative research as the guiding thread of the study, within the scope of an exploratory research, electing, in the course, the indicative method, for the elucidation of the problems raised. The data collection phase took place in a Freire's dialogal perspective, covering the researched territory, listening to the research subjects, with themes that started from open questions, in order to find, or not, evidence of the elements sought in this research. The data were acquired through field journal notes, from semistructured interviews with technicians from the municipal education office and educators, as well as through focus groups with students that represent a possible demand on EJA. We verified that the reading and writing acquisition processes, which should be associated to EJA alphabetization cycles, are important aspects for the existence and materialization of the goals of the Municipal Education Plan for this type of teaching, since that the alphabetization and adult literacy are important part on the processes of permanence and continuity of the existing demand among the interested ones of the city.

KEY WORDS: Youth and Adult Education; Local government; National Education Plan (PNE) Municipal Education Plan (PME); Conde city.

LISTA DE SIGLAS

CE	Centro de Educação
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
CREI	Centro de Referência em Educação Infantil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEJA	Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos
EREJA	Encontro Regional de Educação de Jovens e Adultos
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOA	Lei de Orçamento Anual
MP	Medida Provisória
MST	Movimento dos Sem Terra
PA	Pará
PB	Paraíba
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PDDE	Programa de Dinheiro Direto na Escola
PEN	Partido Ecológico Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PME	Plano Municipal de Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLDEJA	Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos

PPP	Projeto Político Pedagógico
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade EJA
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEDEC	Secretaria de Educação e Cultura
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	A trilha da pesquisa.....	12
1.1	Caminhos em Direção à Pesquisa no Município do Conde	17
1.2	Os contornos da Pesquisa Atual.....	22
1.3	O <i>Lócus</i> da Pesquisa.....	29
1.4	Aspectos Teórico-Metodológicos da Pesquisa.....	31
2	DO PNE ÀS METAS PARA A EJA NO PME DO CONDE/PB	37
2.1	O PNE e as metas para a EJA: Impasses e perspectivas em nível local.....	38
2.2	Contexto Histórico do PME do Conde (PB).....	42
2.3	Poder Local, Educação e EJA.....	46
2.4	Os Sujeitos, as Salas de EJA, Metas e Necessidades.....	51
3	O PRESENTE E O FUTURO DAS METAS DA EJA NO MUNICÍPIO DO CONDE	55
3.1	A EJA do Conde (PB): Uma linha tênue entre oferta e demanda.....	60
3.2	A EJA e seus Aspectos Relacionais.....	64
3.3	Circularidade Cultural: Um desafio à EJA.....	67
3.4	Diálogo com os Sujeitos da Pesquisa: Ações, críticas e Planejamento.....	70
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
	REFERÊNCIAS	88
	ANEXOS.....	93
	APÊNDICES.....	100

1. A TRILHA DA PESQUISA

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.”

Paulo Freire

Em atenção às metas do Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024), para Educação de Jovens e Adultos, enquanto instrumento que visa orientar e fortalecer o trabalho letivo em todo território nacional, a presente pesquisa levou em conta as metas e estratégias do Plano Municipal de Educação (PME/2015-2025) da cidade do Conde (PB). Interessavam-nos as pistas de um possível comprometimento da gestão municipal na concretização do trabalho educacional com jovens e adultos da localidade, com recorte nos anos iniciais, referente aos ciclos de alfabetização, considerando os aspectos de demanda, permanência e continuidade.

A escolha do *lócus* da pesquisa ocorreu em decorrência da análise realizada frente às características territoriais elencadas pelo município, às diferenças culturais existentes na formação do seu povo, e pelo possível comprometimento do poder local no desenvolvimento de um trabalho vinculado ao progresso da cidade e ao Plano Municipal de Educação.

Tal indício do comprometimento local foi encontrado frente ao diálogo com sujeitos da pesquisa, educadores e moradores da cidade do Conde (PB), bem como pesquisa realizada na plataforma “PNE em Movimento¹”, que acompanha o desenvolvimento do trabalho dos municípios frente aos seus Planos de Educação.

O município do Conde, situado no Estado da Paraíba, apresenta-se como uma cidade com características rurais, com grandes perspectivas de crescimento vinculado ao turismo, impulsionado pelas belas praias da região, fato que nos remete ao crescimento do comércio municipal e que conduz o condense a interagir cotidianamente com esse processo de evolução e crescimento.

Mesmo diante desse aspecto de intenso crescimento, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, de 2013, é possível observar que o município do Conde ainda apresenta um índice de 29.7% de jovens e adultos não-

¹http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php

escolarizados, entre seu público de 25 anos ou mais². Tal fato nos leva a refletir sobre as relações que o condense estabelece entre a cultura oral e escrita, necessária ao desenvolvimento individual, social e de trabalho.

Ao passo que entendemos a educação como um caminho seguro ao crescimento de um povo, também entendemos que a Educação de Jovens e Adultos– EJA é uma modalidade educativa que trabalha diretamente com a garantia de direito à educação ao longo da vida, e por isso traz em sua gênese fundamentos e concepções educacionais, que apresentam algumas características próprias que são inerentes aos seus sujeitos.

A esse respeito, o Parecer CEB 11/2000 (BRASIL, 2000, p.05), que orienta as Diretrizes Nacionais de Educação para a Educação de Jovens e Adultos, garante que “a EJA é uma categoria organizacional constante da estrutura da educação nacional, com finalidades e funções específicas”.

Tal conceito e finalidade se apoiam na Constituição Federal (BRASIL,1988) que, em seu artigo 208, afirma que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria”.

Com isso, pressupomos uma garantia de educação igualitária, estendida a todos, e observamos que a Educação de Jovens e Adultos é um direito garantido, constitucionalizado e que precisa ser cercado por mecanismos jurídicos e financeiros que promovam a sua aplicabilidade.

Ainda como base legal para a Educação de Jovens e Adultos devemos apontar a Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (BRASIL, 1996, p. 30) que, na redação do inciso 1º (primeiro) do seu artigo 37 (trinta e sete), esclarece:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Diante de tais aspectos presentes na lógica diária das salas de aula da EJA, é possível observar a importância de um tecido social local que tenha um certo nível

²Pesquisa realizada no site http://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013perfil_conde_pb.pdf

de comprometimento com a Educação de Jovens e Adultos, buscando nela um caminho viável à possíveis resoluções de problemas de sua população jovem e adulta, considerando suas relações com o saber sistematizado.

Assim, a investigação busca o entendimento das características inerentes aos processos de enraizamento do compromisso do poder local em espaços de Educação de Jovens e Adultos, no município do Conde (PB).

Dessa forma importa averiguar a possibilidade de concretização das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação (PME/2015- 2025) como impulso a um trabalho de comprometimento com a EJA do município do Conde (PB), mais especificamente com os ciclos iniciais, onde se localizam os processos de aquisição da leitura e letramento.

Durante a trilha da pesquisa, a associação de elementos exploratórios ao método indiciário nos ajudou na sistematização e organização dos tópicos que se desenham no decorrer de todo o texto, e visam caminhar de acordo com os interesses da pesquisa, buscando através dos rastros encontrados nas estradas e nas salas de aula do Conde (PB) a elucidação dos achados da pesquisa que foram aos poucos se delineando.

Logo após este texto introdutório, na primeira parte dessa dissertação, relataremos sobre os caminhos anteriores da pesquisadora em direção à pesquisa atual, que se entrelaçam com o objeto de estudo. Também realizamos uma exposição da parte teórica e prática utilizada para o delineamento da pesquisa.

Em seguida, voltamos o espaço dos nossos estudos, ao âmbito dos aspectos histórico e geográfico, seguimos descrevendo o local da pesquisa, suas particularidades históricas, geográficas, educacionais, seus conflitos, lutas, vitórias, recuos e avanços, por entender que a EJA se origina do povo, das suas demandas e necessidades.

Ao descrever as características inerentes ao local da pesquisa, enfatizamos aspectos peculiares à terra, à história de formação do povo, das diferenças culturais existentes e que se vinculam aos antigos territórios quilombolas, indígenas, assim como aos assentados do campo, ao agricultor, ao pescador, ao comerciante, à dona de casa, entre outros. Entendemos que o compromisso do poder local se inicia no chão concreto; esse chão que está na base é onde a população está.

Relatamos, minuciosamente, todo o percurso metodológico da pesquisa, suas rotas e interesses, em busca dos indícios rumo à elucidação da problemática em questão.

Escolhemos dentro da EJA do município do Conde, como foco de pesquisa, os ciclos de alfabetização, por encontrar em tais ciclos o momento do letramento, onde se encontram a cultura oral e a escrita, e entender que aí está a força para a concretização das metas do PME nos aspectos de elevar a escolarização e elevar os índices de cidadãos alfabetizados e letrados.

Na segunda parte do trabalho buscamos contextualizar os caminhos dos planos de educação, em âmbitos federais e municipais, enfatizando a importância de cada plano em seus respectivos espaços, com foco no Plano Municipal de Educação do Conde (PB), suas metas e estratégias para o período de 2015 (dois mil e quinze) a 2025 (dois mil e vinte e cinco).

Nesse contexto, procuramos enfatizar a importância do compromisso do poder local com a Educação de Jovens e Adultos em seus processos de aquisição da leitura e escrita com um olhar especial aos ciclos de alfabetização, trazendo à tona os sujeitos da pesquisa, suas metas e necessidades, no intuito de identificar as ações desenvolvidas pela rede de educação do Conde (PB) no âmbito do PME (2015-2025) no fomento à demanda e nas ações de permanência e continuidade para tal público.

Aqui são elencadas as possibilidades de materialização do Plano Municipal de Educação do Conde (PB), para o período de 2015 a 2025, identificando as ações desenvolvidas pela gestão municipal rumo a materialização das metas e seu comprometimento com a EJA nos espaços de alfabetização de jovens e adultos

Demos continuidade ao trabalho com alguns aspectos referentes ao passado e ao futuro da EJA no município do Conde. Tratamos também das relações que se estabelecem na Educação de Jovens e Adultos, sobre os desafios presentes na proposta de trabalho pautada em uma circularidade cultural. Observamos os aspectos vinculados à demanda, à oferta de vagas, à permanência dos alunos em sala de aula, e na continuidade desse público nos espaços de saberes sistematizados, com foco nos ciclos de alfabetização da EJA do Conde (PB).

O esforço de investigar as características inerentes aos processos de enraizamento do compromisso do poder local em espaços de Educação de Jovens e Adultos, no município do Conde (PB), é apenas parte do cenário que esclarece o

que o poder local está promovendo e que vai rebater nas atividades da EJA dos ciclos iniciais.

Encontramos no decorrer das investigações um trabalho que se fortalece frente a uma formação continuada, para os professores da EJA, inspirada na metodologia freireana, que é ministrada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Humano e Social (IBRADHES), e que procuram desenvolver um trabalho com base em círculos de cultura.

Nessa terceira parte, também traçamos um paralelo entre oferta, demanda e continuidade na EJA, analisando o “Projeto Conde Alfabetizado” como uma estratégia do PME/Conde (PB), para o período de 2015 (dois mil e quinze) a 2025 (dois mil e vinte e cinco), que vem se concretizando enquanto um fomento de demanda e continuidade de alunos na modalidade, no intuito de expressar que não adianta a concretização das metas e estratégias presentes no Plano Municipal, se não houver demandados interessados para permanecer na modalidade.

O diálogo que se inicia do encontro entre pesquisadora e pesquisa, entre pesquisadora e local pesquisado, segue pela história dos seus sujeitos, no intuito de ir ecoando a voz de educandos e educadores, autores de suas próprias histórias. Isso é passivo de idas e voltas, frente ao delinear das buscas que se inspiram no balanço do mar do Conde e no gracejo, sem pressa, do povo acolhedor que compõe a EJA do município.

1.1 CAMINHOS EM DIREÇÃO À PESQUISA NO MUNICÍPIO DO CONDE

Toda a minha³ história de curiosidade e vivência com a pesquisa se configura em frutos da colheita de inúmeras experiências sociais vividas ao longo da minha trajetória de eterna aprendiz, diante dos movimentos da vida e das escolhas que fiz frente à necessidade de viver. Desta forma, não posso situar a minha história atual sem me remeter às escolhas de vida que fiz no passado.

Sempre enxerguei o trabalho com sujeitos populares com a naturalidade de quem nunca refletiu sobre o fato de ser também um sujeito popular, ora por não ter clareza de tais discussões sociais, ora por não ter criticidade suficientemente amadurecida para entender a estratificação social na qual me encontrava inserida.

No entanto, ao refletir curiosamente sobre a minha essência popular e sobre o desejo⁴ que me motiva a atuar para a mudança da realidade de sujeitos populares, faço, ao mesmo tempo, um reencontro com uma história de resistência⁵ da menina que fui, entrelaçada à curiosidade quase ingênua da juventude e à busca pela pesquisa mais sistemática da pesquisadora iniciante que me tornei.

Sou filha de uma professora e de um pedreiro, moradores da cidade de Bayeux. Primogênita em uma sequência de quatro irmãos, numa família onde a renda mais expressiva era a do meu pai, pois a minha mãe havia abdicado da sua atuação profissional para criar os filhos.

Sempre estudei em escola pública, fato que me tornou fruto da formação tradicional, que vigorava na maioria das escolas. Nos anos que compuseram a década de 1980, período em que cursei a educação básica, edifiquei os meus primeiros princípios e elenquei modelos a serem seguidos – alguns já esquecidos e outros trazidos comigo até hoje.

Vivenciei a experiência da escola tradicional com a naturalidade de quem nunca experimentou outra forma de educação. A cartilha de leituras, que nos ofertava seus textos prontos, era nos cobrada diariamente, com lições que se

³Nesta parte do trabalho vou para a primeira pessoa do singular, por se tratar de história pessoal, no intuito de exposição de um breve memorial, com a história do vínculo existente entre a pesquisadora e a pesquisa.

⁴Para Bernard Charlot (2000), o desejo é algo que vem de dentro e que atua como móbil nos impulsionando rumo ao alcance dos nossos objetivos.

⁵O dicionário Paulo Freire (2017), segundo Moretti, esclarece que, para Freire, resistência pressupõe uma briga entre partes desiguais.

sucediam à medida que cada letra era aprendida (ou decorada). Como relata Sena⁶(SANTOS et. al.2017, p. 79):

Neste universo de deveres, era uma criança tímida e muito quieta. Não fiz muitas amizades nesta etapa da minha vida⁷ e não me recordo de ter tido as minhas dificuldades de socialização trabalhadas; ao contrário, era sempre incentivada a ficar quieta e calada, pois este era o modelo de aluno ideal.

Da época da escola primária onde estudei, guardo em minhas lembranças de menina a recordação da sala de aula onde as crianças eram enfileiradas e proibidas de se expressar. Relembro também o piso frio formado por ladrilhos brancos e vermelhos, e por seus degraus que teimavam em separar professor e alunos, classificando assim quem ensinava e quem aprendia, numa dinâmica desigual marcada pela fala e pela escuta.

Em contrapartida, tais lembranças se intercalam, aos horários de intervalo das aulas que me presenteavam com a liberdade inspirada pelo frondoso “Pé de Castanholas”, com suas folhas verdes e seu tapete de frutinhas vermelhas que caíam em suas raízes majestosas, circundado por um enorme pátio convidativo, onde se podia correr quase que livremente.

Dos dois ambientes proporcionados pela mesma escola a escolha da criançada era sempre unânime, e o melhor lugar para as nossas trocas de experiências era o momento do intervalo, onde tínhamos a liberdade de expressão.

Durante toda a minha formação escolar presenciei, com o olhar quase ingênuo, os avanços e retrocessos sofridos pela educação de uma época em que o silêncio de muitos atores sociais continuava sendo motivado pelo regime de governo que antecedeu a década de 1980.

Tempos em que a luta por melhores condições de vida e dignidade humana era encabeçada por intelectuais que buscavam a construção de um mundo menos desigual, e encontravam na educação um caminho viável ao rompimento de padrões sociais que compactuavam com a perpetuação do preconceito, da repressão e da ignorância humana. Fatos que apontavam para uma longa e árdua caminhada, já que construir personalidades críticas através da educação é uma tarefa que traz uma proposta de concretização em longo prazo.

⁶ Relato realizado para o livro “Memórias Escolares: quebrando o silêncio” (SANTOS et al. 2017), onde descrevo minha trajetória de alfabetização e letramento.

⁷ Nesse período cursava os anos iniciais da Educação Básica

Inserida nesse contexto, a minha escolha pela profissão de professora se deve aos modelos de personalidades que marcaram a minha vida e as decisões que tomei em todo percurso vivido. Assim, me tornei educadora por admiração a minha mãe, mulher que me criou, me alfabetizou, me educou e me preparou para a vida.

No ano de 1990 (mil novecentos e noventa) ingressei no curso do magistério, em nível de ensino médio, na Escola Normal Estadual Professora Maria do Carmo de Miranda, mais conhecida como “Normalista”, período o qual me proporcionou experiências de estágio supervisionado com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade de rua.

Na minha formação em nível médio tive a oportunidade de atuar no “Grêmio Estudantil” da escola onde estudei, e isso me possibilitou a experiência em movimentos populares organizados que buscavam melhores condições educacionais e, principalmente, me garantiu o diploma de professora de educação infantil e ensino fundamental I em 1994 (mil novecentos e noventa e quatro).

Neste mesmo período fui coordenadora de grupo de jovens, na igreja do bairro onde morava, e com o mesmo desejo de mudança, participava dos movimentos sociais encabeçados pela paróquia, catedral da cidade de Bayeux, onde fui membro durante toda a minha infância, adolescência e juventude.

Após formada passei a atuar em escolas privadas, onde me sentia um mero instrumento de reprodução de um sistema de ensino falido, já que minha única incumbência como professora de uma instituição privada era executar o plano de ensino da escola, que alimentava a ideologia do neoliberalismo, que tomava conta da década.

Em oposição ao que se consolidava na década de 1990, concretizava minha prática pedagógica adotando uma postura crítica frente aos livros didáticos (adotados pela escola) oferecendo resistência às práticas pedagógicas ofertadas pela escola, buscando levar sempre ao meu aluno aulas que o oportunizasse uma vivência capaz de ultrapassar as páginas do livro estudado e os muros da escola, procurando partir sempre de situações concretas à abstração dos conteúdos construídos nos momentos de partilha.

Enquanto professora, o meu primeiro encontro com a Educação de Jovens e Adultos, em espaços formais, foi em 2004 (dois mil e quatro), quando participei do

curso de alfabetizadora voluntária do “Alfalit Brasil”⁸, que consistia em conhecer a filosofia de educação e o material escolar do programa, que era composto por um livro de matemática, uma cartilha e um bloco para recortes e colagens das atividades propostas para os conteúdos elencados em todo o material.

O material didático do Alfalit Brasil era dividido em material do professor, contendo as devidas orientações ao trabalho letivo, e material do aluno, que vinha com algumas especificidades necessárias ao trabalho do educando, distribuído gratuitamente.

Nesta época, o programa tinha como proposta a formação de turmas com no mínimo 25 alunos e organização do espaço físico de estudos pelo alfabetizador, fato que me possibilitou conhecer de perto as situações precárias de vida de muitos moradores da comunidade do Jardim Dom Adauto, onde atuei, conseguindo sala de aula emprestada e cadastrando os moradores da comunidade como meus alunos.

Em toda a minha experiência como alfabetizadora voluntária do Alfalit Brasil, vários pontos do trabalho letivo se associavam ao ensino privado, porém dou destaque ao livro letivo consumível e sem preocupações com as especificidades e individualidades locais pertinentes a cada turma de EJA, assim como ao trabalho letivo que se limitava à execução de um programa de estudos que elencava pressupostos que engessavam a liberdade de criação de professores e alunos em sala de aula.

Motivada pelo desejo de sair da esfera do trabalho do ensino privado, onde exercia um papel de “professor-executor”⁹, e buscar atuação na esfera pública, onde estaria mais próxima a minha realidade de vida, prestei concurso para o campo da educação da Prefeitura Municipal de João Pessoa, em 2007 (dois mil e sete), e em 2010 (dois mil e dez) para Prefeitura Municipal de Santa Rita, que tinham em seus editais a exigência mínima do curso do magistério para professores da educação básica.

Fui aprovada e me tornei professora efetiva em 2011 (dois mil e onze), nos dois municípios, já que o acúmulo de 2 (dois) cargos públicos para professores é permitido pelo artigo 37 da Constituição Federal (1988). Iniciei o meu trabalho em

⁸Método que tem como base a andragogia e o pensamento de Frank C. Laubach, que tem como teoria a vivência do adulto associado a utilização de palavras-chave como base para a aquisição de códigos linguísticos.

⁹Termos que se opõem à reflexão e à pesquisa e que buscam definir o educador, que tem seu papel limitado à execução de planos de ensino que engessam a liberdade de expressão do trabalho em sala de aula.

escola pública atuando nos anos iniciais do ensino fundamental, com crianças de 7 (sete) e 8 (oito) anos de idade.

No município de João Pessoa, fui designada para ocupar o cargo de professora, do quadro efetivo da Escola Municipal Frutuoso Barbosa, cenário que me presenteou com um reencontro com a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Tal reencontro se tornou possível, em 2012 (dois mil e doze), através do convite da então diretora geral da unidade educacional onde atuava, diante da aposentadoria de uma das professoras da modalidade de educação.

Diante dos novos desafios, regressei à sala de aula e, como aluna, passei a cursar pedagogia, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Em 2015 (dois mil e quinze) recebi o título de pedagoga.

Nesse mesmo período, era possível observar que a cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, possuía, no âmbito da sua Secretaria de Educação (SEDEC), noventa e cinco escolas municipais que atendiam aos pessoenses, das quais, na ocasião da minha chegada, 80 (oitenta) atuavam com a Educação de Jovens e Adultos, sendo que 61 (sessenta e uma) delas trabalham com os anos iniciais.

Na SEDEC, mais especificamente, no âmbito da coordenação da Educação de Jovens e Adultos do município, o ensino é organizado em ciclos, que são distribuídos em dois segmentos, nos quais o ciclo de alfabetização, o ciclo I e o ciclo II correspondem ao primeiro segmento, formado pelos anos iniciais da educação básica, e o ciclo III e IV configuram o segundo segmento que observa a estrutura dos anos finais da educação básica. Nessa disposição de elementos, ocupei o espaço de professora do ciclo II, que corresponde aos 4º e 5º anos da educação básica.

Ao concluir a minha graduação, e ao me encontrar inserida no universo da EJA, senti a necessidade de aprofundar os meus estudos na área, já que foi um dos eixos de aprofundamento do meu Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia, que me chamou bastante atenção na pesquisa.

O trabalho se concretizou com observações frente aos aspectos da leitura e letramento dos sujeitos da EJA nos ciclos I e II, referentes aos anos iniciais da Educação Básica. A pesquisa se realizou na Escola Municipal de Ensino Fundamental Frutuoso, que se localiza no bairro da Ilha do Bispo, em João Pessoa, onde sou professora, e faço parte do corpo docente da EJA.

Envolvida pelo desejo de pesquisar com mais profundidade a Educação de Jovens e Adultos, na intenção de melhorar a qualidade do trabalho que estava ofertando aos meus alunos desta modalidade de educação, ingressei no “Grupo de Pesquisa de Educação de Jovens e Adultos e Educação Popular: A Pesquisa a Serviço da Prática Educativa”, na Universidade Federal da Paraíba, onde fui muito bem acolhida, e logo me identifiquei com a proposta de pesquisa ofertada.

1.2 OS CONTORNOS DA PESQUISA ATUAL

A partir desse momento houve um fortalecimento com os laços da pesquisa e da consolidação do desejo de aprofundamento em relação à Educação de Jovens e Adultos. Foi o momento em que buscamos¹⁰ os pressupostos teóricos que apoiam a EJA, como um cenário fértil para as práticas de Educação Popular, já que, segundo BRANDÃO (2009, p. 12), dois conceitos são considerados fundamentais para se definir Educação Popular:

Primeiro, enquanto processo geral de reconstrução do saber social necessário, como educação da comunidade e, segundo, como trabalho político de luta pelas transformações sociais, como emancipação dos sujeitos, democratização e justiça social.

Tais definições apontadas por Brandão (2009) se alinham com a proposta da EJA, que tem a responsabilidade com a reconstrução do saber coletivo, com a emancipação e o empoderamento de sujeitos populares frente ao cenário social.

Nos encontros realizados pelo grupo de pesquisa, estudamos autores como Bernard Charlot (2000), que nos proporcionaram uma análise do desejo enquanto móbil para as ações da vida e nos ajuda a entender o fracasso escolar como fruto das relações, pouco mobilizadoras, que estabelecemos, enquanto alunos, com o saber.

Estudamos também documentos oficiais que instituem a EJA como modalidade escolar, assim como o processo histórico de avanços e retrocessos sofridos no decorrer do percurso histórico da EJA em contexto nacional, a exemplo

¹⁰ Considerando os aspectos de troca de saberes presentes nesta pesquisa, retomo a primeira pessoa do plural, finalizando o memorial e marcando a presença do diálogo com meu orientador, com autores e demais sujeitos da pesquisa.

do documento preparatório para a VI Conferência Internacional de Educação de Adultos CONFINTEA, que se realizou no Brasil, em 2009, na cidade de Belém (PA).

Então, ao refletir sobre as conquistas alcançadas pela Educação de Jovens e Adultos no Brasil, encontramos como exemplo momentos expressivos de luta, reflexões e avanços como a Constituição Federal (1988), as Conferências Internacionais de Educação de Adultos (CONFINTEAs), a inserção da Educação de Jovens e Adultos na LDB 9.394/96; a formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, aprovada mediante o parecer 11/2000, que orienta a Educação de Jovens e Adultos como modalidade educativa em todo o país; a consolidação da Lei 11.494/2007, que inseriu a EJA no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério (FUNDEB); e a inserção da EJA nos Planos de Educação Nacional, Estadual e Municipal.

Ampliamos o nosso entendimento quanto aos esforços relacionados aos Fóruns de EJA, que nos reportam a espaços de debates com espaços de vez e voz a sujeitos populares, como é o caso do Encontro Regional de Educação de Jovens e Adultos (EREJA) e do Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), que impulsionam as conquistas e refletem sobre os atuais recuos da EJA.

Nesse contexto também compreendemos a importância do surgimento de inúmeras políticas públicas nos campos da Educação de Jovens e Adultos, tais como: o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLDEJA), Programa Brasil Alfabetizado (PBA), PROJOVEM, Educação em Prisões, Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na modalidade EJA (PROEJA), entre outros.

Nesse sentido, comungamos das considerações de Furtado (2015, p. 49):

Temos, então, um salto considerável no que diz respeito aos princípios norteadores da EJA em sua formação política, em que passamos de uma educação estritamente voltada para a alfabetização, para uma educação ao longo da vida, o que inclui o ensino superior no âmbito formal e todas as outras áreas de aprendizagem; [...].

Temos uma organização dos documentos orientadores da EJA, os seus sujeitos passam a fazer parte de uma modalidade de educação com políticas públicas próprias, princípios orientadores específicos ao trabalho didático e as suas

peculiaridades. Contudo, passamos a enxergar a necessidade de diminuição da lacuna existente entre a teoria e a prática, pois tais avanços precisam encontrar o chão dos espaços que se propõem ao trabalho com adolescentes, jovens, adultos e idosos.

No trabalho diário com os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos percebemos a presença de pessoas que enfrentam diariamente as dificuldades de um sistema de ensino excludente, que alimenta a desigualdade social na qual nos encontramos inseridos, onde os retrocessos são mais visíveis que os avanços.

Para os sujeitos da EJA, é notória a lacuna existente entre aquilo que se encontra escrito nos documentos oficiais e a sua aplicabilidade nos contextos sociais cotidianos. Dessa forma, apesar de todas as conquistas em âmbito documental, bem como nos campos das Políticas Públicas, ainda enfrentamos situações de analfabetismo e altos índices de evasão, que apontam para a necessidade de ações que busquem superar tais retrocessos.

Assim, foi possível observar que naquele momento de estudos e pesquisas em grupo, o cenário educacional era o do Plano Nacional de Educação - 2014 a 2024 (PNE), com suas metas visando orientar os municípios a repensarem seus planos educacionais, estabelecendo a construção de novos Planos Municipais de Educação para todas as modalidades de educação.

Era possível também elencar a necessidade de reflexão acerca das metas indicadas nessa construção para os campos da Educação de Jovens e Adultos, na intenção de repensar o alcance de tais metas e, principalmente, repensar como a sua aplicabilidade colaboraria para a qualidade social da EJA, já que concordamos com Freire (2005, p. 41), quando o mesmo esclarece que:

A realidade social, objetiva, não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são produtos desta realidade e se está, na “inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens.

Portanto, com o processo de construção do Plano Nacional de Educação e suas possibilidades de materialização na efetivação dos PMEs, surge a necessidade de averiguação do compromisso do poder local frente a concretização das estratégias e ações planejadas rumo aos avanços educacionais previstos para os campos da EJA, confrontando teoria e prática.

De acordo com Dourado (2010, p. 681):

A avaliação de políticas educacionais pode se efetivar por vários ângulos, concepções e perspectivas, que requerem uma análise contextualizada dos complexos contornos políticos que a engendram, uma vez que ela se apresenta por meio da tensão salutar entre a dimensão técnica e política, cujos horizontes teórico-ideológicos e políticos a traduzem como uma política de governo e/ou de Estado.

Nessa perspectiva, ao realizar o processo de seleção no Programa de Pós-Graduação (PPGE), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 2016 (dois mil e dezesseis), apresentamos proposta de análise ao período de avaliação do Plano Municipal de João Pessoa com foco nas metas para a Educação de Jovens e Adultos, em âmbito municipal.

No entanto, em 31 (trinta e um) de agosto de 2016 (dois mil e dezesseis) o cenário político brasileiro sofreu mudanças históricas, frente ao golpe parlamentar, jurídico e midiático, que ocasionou o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT) e a posse do vice-presidente Michel Temer (PMDB).

Isso ocasionou, até o momento atual, uma série de mudanças no âmbito das orientações das políticas públicas nacionais, com ajustes fiscais que diminuíram o investimento em todas as áreas, principalmente na educação.

Tais medidas acarretaram várias mudanças nos processos de construção e efetivação do Plano Nacional de Educação, tal como, em sua fase de monitoramento e avaliação, com, veto de ações destinadas à sua consolidação, a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), e a retirada dos sujeitos envolvidos com a liderança do processo.

Elementos novos de resistência foram surgindo a partir do chão das escolas, tais como: a configuração de novos grupos sociais de enfrentamento aos retrocessos nas políticas educacionais, o surgimento de novos espaços de reflexão e debates, a exemplo do Fórum Nacional Popular de Educação, entre outros, que impulsionaram as nossas reflexões sobre as ações do poder local.

Para a Educação de Jovens e Adultos, instaurou-se um período de seu enfraquecimento no âmbito nacional, colocando em risco os avanços elencados no decorrer da sua história mais recente, e ao que tudo indica isso desafia estados e municípios a uma motivação própria frente a continuidade do trabalho letivo para esta modalidade de educação.

Importa pesquisar para identificar indícios, se houver, de enraizamento desse compromisso local com a EJA, numa perspectiva de pensamento na qual é necessário entender o caos atual, que se instaurou no cenário educacional nacional, e trabalhar numa perspectiva de superação de dificuldades da desorganização institucional geral.

Nesse sentido, nos inspiramos em Ginzburg (1989, p. 154) ao comparar o pesquisador ao “caçador agachado na lama, que escruta as pistas da presa”. De acordo com Gonçalves (2011, p. 12) “isso significa aprender com o caçador a pensar em alternativas, aprender a se mover para perceber o que vai ganhando sentido nos campos dos possíveis, nos quais o que se persegue é uma forma de alcançar o que alimenta a vida.”

É apreender a dança dos fenômenos sociais que emergem do viver e do conviver, das trocas de experiências, da busca pelos direitos negados. Aqui se trata da necessidade de sobreviver em meio às adversidades da vida, nas quais os sujeitos buscam conquistar as oportunidades em seu contexto de vida e trabalho.

Em meio a essa busca por um campo de estudos e na observação da fase de avaliação da execução do PNE (2014-2024) surgem alguns municípios que se sobressaem pelo compromisso no desenvolvimento dos seus PMEs, como retalhos colorido sem um mapa imaginário, destacam-se na colcha de tecidos configurada pelos tempos sombrios de crise política e institucional de grande intensidade.

O município do Conde (PB) nos chamou a atenção pelo compromisso do governo municipal na execução do seu PME¹¹ e pela história recente de comprometimento que o poder local tem traçado nos últimos anos com o povo, com a educação e, em especial, com a Educação de Jovens e Adultos municipal.

Outro aspecto importante é o lugar de uma circularidade cultural expressada por Carlo Ginzburg (2006), que é entendida como a apropriação cruzada de valores entre culturas diferentes e próximas. Uma mudança social se fortalece pelos diálogos culturais, já enfatizados pelo educador Paulo Freire e sua equipe de educadores, desde os anos 1960.

O contexto histórico em que o conceito de circularidade cultural foi tratado por Ginzburg nos remete à problemática das lutas entre classes subalternas e

¹¹ Pesquisa realizada ao site PNE em Movimento, alimentado por técnicos do PME com dados dos planos municipais disponibilizados no endereço eletrônico http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php.

dominantes, e inspira os nossos estudos frente às relações que se constituem entre as culturas populares baseadas na oralidade e culturas de elite baseadas na cultura escrita. Assim, o incentivo à cultura é um dos movimentos que deve ser observado nas ações municipais, quando há compromisso assumido com a educação do seu povo.

Voltamos o nosso olhar para o município do Conde (PB), que tem como representante do poder local a prefeita Márcia de Figueiredo Lucena Lira¹². As investigações passam a ter foco nos ciclos de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos, a partir da problemática do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e sobre suas possibilidades no Plano Municipal do Conde (2015- 2025), e traz a proposta de pesquisa frente aos processos de materialização das metas do PNE (2014-2024) no PME/Conde (PB) com ênfase nas metas da EJA.

Com relação ao município do Conde (PB), encontramos alguns trabalhos consolidados, a exemplo do livro “Uma História do Conde” (1996), que trata de uma pesquisa realizada pelas professoras Maria Helena Pereira Cavalcanti, Regina Célia Gonçalves, Rossana de Sousa Sorrentino, Suelídia Maria Calaça e Vilma de Lurdes Barbosa de Sousa, da Universidade Federal da Paraíba, impresso pela série extensão, da editora da UFPB.

O livro conta a história do Conde (PB), do seu povo, dos seus conflitos internos e das relações de poder estabelecidas internamente. E ao contar a história do condense, as autoras fazem uso de uma linguagem poética, trazendo aspectos territoriais, históricos, culturais, dentre outros.

No tocante a alguns aspectos do trabalho da alfabetização de adultos referentes à demanda, oferta e aos aspectos relacionais da Educação de Jovens e Adultos, encontramos a dissertação “EGRESSOS DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO: desafios sobre continuidade de escolarização em EJA no Município de Conde/PB”, defendido por Arilu da Silva Cavalcante (2012), que analisa o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) enquanto uma possível indução de demanda às séries iniciais da EJA local.

¹²Eleita em 2016 pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro), com coligação ao PT (Partido dos Trabalhadores), PV (Partido Verde), PRTB (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro) e PEN (Partido Ecológico Nacional).

Tais aspectos encontrados no campo de pesquisa parecem reforçar o conceito de resistência, apontado no início da pesquisa, que vem se fortalecendo à medida que o objeto de estudo se delinea, posto que, no atual momento histórico, anseia-se por um movimento social organizado que ofereça novo fôlego à educação e, principalmente, à EJA.

No dicionário Paulo Freire, para Moretti (2017, p. 359), “resistência pressupõe uma briga entre desiguais”, onde “a resistência freireana tem a ver com a possibilidade de mudar o mundo, compreendê-lo dinâmico, recusando o discurso de que a mudança vai acontecer espontaneamente”.

Assim, entendemos que, diante de tal momento de perdas de direitos dos sujeitos da EJA, refletir sobre o sentido da palavra resistência e buscar viver o seu real sentido na prática, talvez seja o caminho para sobreviver a esse cenário de exclusão em que vivemos.

Portanto, entendemos que os sujeitos que se encontram inseridos nas salas de aula de EJA pertençam ao povo, à sua forma de viver e perceber o espaço onde vivem e que as suas necessidades são inerentes aos aspectos sociais, culturais e relacionais.

Nesse contexto, as questões relacionais vinculadas ao público da EJA de uma determinada localidade tornam-se necessárias quanto a conhecer os espaços de construção de tais relações, seja no âmbito histórico, geográfico ou das relações individuais estabelecidas frente às diferenças existentes no local.

Dessa forma, para entender as relações estabelecidas pelo poder municipal, suas relações com o povo e, conseqüentemente, com os sujeitos da EJA, significativas são as dimensões territoriais e as lutas travadas para a construção desse território, pois dentro dos conflitos pela posse da terra já se começa a entender as relações de poder que são erguidas entre o povo de uma localidade, já que, de acordo com Fischer (1992, p. 106):

Invariavelmente a análise do “local” remete ao estudo do poder enquanto relação de forças, por meio das quais se processam as alianças e os confrontos entre atores sociais, bem como ao conceito de espaço delimitado e à formação de identidades e práticas políticas específicas.

Não sendo a nossa intenção o aprofundamento da análise histórica e geográfica da região pesquisada, trazemos aqui um pouco das características regionais para que possamos enxergar as relações de força que se estabelecem

internamente e que formam a identidade política e social dos sujeitos pesquisados, e que, possivelmente, colaboram para construção do tecido relacional na EJA.

1.3 O *Lócus* da Pesquisa

O município do Conde se localiza na microrregião de João Pessoa e mesorregião da mata paraibana, com 172,95 Km² de extensão territorial e clima tropical chuvoso. Faz limites com João Pessoa (ao norte), Oceano Atlântico (a leste), Pitimbu e Alhandra (ao sul), Santa Rita (a oeste). Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2017), sua população é de 24,769 habitantes e sua densidade demográfica de 123,74 hab/km².

Localizado no litoral sul da Paraíba, possui como pontos turísticos as praias de Jacumã, Tambaba, Coqueirinho, Tabatinga, Carapibus, Praia do Amor, Barra do Graú, Praia Bela e Barra de Gramame, além dos rios Jacoca, Pituaçu e Gramame (na divisa com João Pessoa), o que coloca o município na rota do turismo paraibano, pela beleza paradisíaca e aspecto rústico da sua costa.

A beleza paradisíaca da praia de Tambaba projeta o município do Conde em âmbito nacional e internacional, por ser um cenário turístico onde o nudismo se torna uma das principais atrações da região.

A praia de Jacumã, cujo nome de raízes indígenas no Tupi-guarani e significa “pequeno remo”, se destaca por apresentar construções modernas, alguns prédios e comércio organizado de forma a atender ao turista. A Vila dos pescadores, em contrapartida, apresenta casas modestas e pequenas que se assemelha a proposta da pesca local e diverge da proposta turística da região que mistura a cultura nativa às várias línguas faladas pelo turista que se propõe a conhecer as belezas naturais oferecidas pela cidade.

A organização territorial vigente perpassa 26 localidades rurais e 24 urbanas, subdivididas em dois polos distintos: o centro e a praia. A infraestrutura urbana é marcada, em sua maioria, por ruas calçadas, com boas condições de saneamento básico, porém em algumas áreas rurais o acesso é marcado por infraestrutura precária, ruas esburacadas e estradas que tornam o caminho inacessível.

Grande parte da área rural da cidade é demarcada por sítios e granjas cujos proprietários não moram na localidade e só visitam a região com intuito no lazer e no turismo, mas que também investem na agricultura e na criação de animais.

Conhecer a história da origem de um povo é o caminho mais seguro para se começar a entender as suas raízes, seus hábitos e costumes do presente, sua cultura e a circularidade cultural existente no local para que as relações de poder entre os seus atores sociais sejam estabelecidas.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), nos primeiros registros encontrados sobre o município do Conde, consta que em 1636 (seiscentos e trinta e seis), na ocasião da invasão holandesa à capitania paraibana, tal região era habitada por índios Tabajaras que foram obrigados a sair das suas terras e encaminhados à capital.

Depois de um tempo, ao regressarem às suas origens, encontraram suas aldeias em ruínas e resolveram criar um povoado ao qual deram o nome de “Mauricéia” em homenagem ao Conde Maurício de Nassau, tendo seu nome mudado para “Conde”, quando se tornou distrito, em 1768 (mil setecentos e sessenta e oito), ainda objetivando a mesma homenagem.

Em históricos de lutas travadas por dimensões territoriais, em 1920 (mil novecentos e vinte), o Conde aparece como distrito de “Conde de Pitimbu”, porém a rivalidade entre os dois municípios sempre trouxe grandes dificuldades econômicas para o Conde.

Segundo os moradores da região, em 1911 (mil novecentos e onze) o Conde aparece pela primeira vez na divisão política do Brasil, como distrito de João Pessoa, com o nome de Jacoca, devido a aldeia de Tabajaras existente nas proximidades do Rio Jacoca na localidade, de onde se originou o município.

Com relação ao significado do nome Jacoca, também encontramos algumas versões que se contrapõem (ou/e se complementam), onde a primeira seria que naquele lugar os índios haviam surpreendido uma mulher brasiliense potiguar que, ao se deitar com um tapuia, lhe dizia: “abraça-me”. Essa versão se assemelha aos relatos escritos de Elias Herckmans, que foi governador da Paraíba em 1636 (mil seiscentos e trinta e seis), no período da invasão holandesa.

A segunda versão é a de que o nome Jacoca seria uma referência ao período da colheita dos “juás”, visto que, na região havia frondosos juazeiros que compunham a flora local.

A Terceira versão diz que a origem do nome Jacoca teria as suas origens no fato de que a flora daquela localidade favorecia a vinda de um pássaro chamado

Jacu e que Jacoca seria a “morada do Jacu”. Tal versão é mais aceita pelos índios Tabajaras que ainda residem nas aldeias do Conde.

A segunda e a terceira versão, historicamente, fazem parte das pesquisas do historiador Horácio de Almeida (1978), numa tentativa de desconstruir essa versão romântica disseminada por Elias Herckmans.

Ainda de acordo com os relatos indígenas, as aldeias de Jacoca eram acompanhadas por Jesuítas que tinham como objetivo catequizar os índios da região e que aos poucos foram retirando o território e as origens indígenas, mudando o nome da terra para “Vila da Jacoca”, assim deixando ser uma aldeia para ser uma “vila de índios”, pela simples necessidade do domínio por extensão territorial.

Ao continuar o relato, os Tabajaras acrescentam que essa situação durou até 18 (dezoito) de novembro de 1963 (mil novecentos e sessenta e três) quando o município foi emancipado pela lei estadual de número 3.107 e ganhou o nome de “Vila do Conde” em homenagem à “fruta do conde” existente na região, também conhecida como “ata” ou “pinha”, e anos depois ficou simplificado para Conde, tornando os seus gentílicos condenses e sua padroeira Nossa Senhora da Conceição.

A versão popular sobre a origem do nome do Conde se opõe às versões históricas que relatam ser em homenagem ao administrador holandês Conde João Maurício de Nassau, que trouxe a paz para a Paraíba no intuito de gerar riquezas para a coroa holandesa em 1637 (mil seiscentos e trinta e sete).

Dessa forma, tomando como base todo o contexto histórico e teórico de formação do território do Conde (PB) que fundamenta esta pesquisa, elencamos como um dos critérios principais para a sua execução a construção de um caminho metodológico, que adote elementos condizentes à associação da teoria e da prática, imprescindíveis ao rigor proposto à uma pesquisa científica confiável.

Bernadete Angelina Gatti (2007, p. 09) propõe um sentido mais estrito da palavra “pesquisa”, e busca de um conhecimento mais elaborado, que ofereça “uma certa segurança” aos resultados encontrados. Que o ato de pesquisar se revista de “algumas características específicas”, apropriando-se de um “corpo de conhecimentos elaborados” que auxilie o pesquisador na aquisição do conhecimento almejado, para que assim a investigação se sistematize dentro de um certo rigor científico, e passe a ser considerada “pesquisa científica”.

1.4 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O diálogo e o contato se fazem necessários quando se almeja conhecer os costumes de um povo, a sua cultura e entender as raízes existentes na construção do saber local, por isso concordamos com Geertz (1998) quando o mesmo ressalta que, para conhecer uma cidade é necessário considerar suas ruas, becos e praças, pois só assim conseguiremos construir um mapa aproximado da sua realidade.

Dessa forma, no intuito de entender os sujeitos da EJA do município do Conde (PB), ao passo que também buscamos investigar o enraizamento do compromisso do poder local, com a modalidade de educação, entendemos que seria necessário buscar as suas raízes, pois, talvez sejam nelas (nas raízes), que possamos encontrar sinais do compromisso do poder local com tal modalidade de educação.

Ao investigar aspectos do enraizamento do compromisso do poder local, observamos também as necessidades do jovem e do adulto que necessitam (ou não) do ambiente da sala de aula como espaço de empoderamento e autoconhecimento enquanto sujeito de direitos, e dentro do campo do direito explicitamos o direito à educação, e o direito à aquisição da leitura e da escrita.

Portanto, realizamos o levantamento de dados no local da pesquisa, fazendo uso de entrevistas, já que os nossos objetivos apresentam, majoritariamente, características exploratórias. Inicialmente optamos pelas entrevistas não diretivas, inspirados em Gray (2012), onde os entrevistados falam livremente em torno de um tema.

Nessa fase, caminhamos pelas ruas, visitamos as comunidades indígenas, os antigos territórios quilombolas, conhecemos o comércio local, visitamos escolas, a Prefeitura e diferentes secretarias, a exemplo da Secretaria de Educação, Secretaria de Pesca e Agricultura, dentre outros espaços públicos, no principal intuito de conhecer os sujeitos da pesquisa por vários ângulos e diante de diferentes olhares.

Assim, como as raízes históricas do Conde (PB) são indígenas, originárias no povo Tabajara, buscamos pela elucidação de algumas das nossas indagações frente aos processos de resistência da cultura tabajara, vestígios do compromisso do poder local com as raízes do seu povo, as necessidades do jovem e do adulto indígena e os processos de articulação entre educação e diferença cultural.

Dando continuidade à busca pelo entendimento dos processos de enraizamento do compromisso do poder local, ressaltamos a diferença cultural presente no “território quilombola Ipiranga”, localizado no bairro do Guruji (que se configura em dois territórios quilombolas distintos ao nos referimos a Ipiranga e Guruji).

No Ipiranga encontramos indicações de resistência em forma de museu para receber os visitantes, e contar a história do povo negro, dos antepassados que ali viveram que buscavam a liberdade.

Um possível sinal do compromisso do poder municipal foi percebido na história de parceria para reconstrução e manutenção do museu (que havia caído), no apoio às apresentações do coco de roda e no nome dado à escola do bairro, que homenageia a lembrança de uma professora quilombola, chamada Lina Rodrigues.

Ao caminhar pela feira e pelo comércio local entendemos as formas de organização, os produtos comercializados em lojas, supermercados e feiras livres, bem como conhecemos melhor o cotidiano do adulto que se dispõe a regressar à sala de aula após um dia cansativo de trabalho. A reforma do mercado central nos deu pistas de um possível compromisso do poder local com o crescimento da cidade e do seu povo.

Seguimos no diálogo com os pescadores e seus relatos de projetos para reconstrução das caiçaras (cabanas para se guardar o material de pesca), projetos para a compra do peixe da colônia para merenda escolar pela prefeitura através do PNAE (Programa de Alimentação Escolar) e construção de currais para a criação de peixes.

No contato com a equipe técnica, da Secretaria Municipal de Educação, frente ao desafio da materialização do PME (Plano Municipal de Educação), e sobre as metas para a concretização do mesmo no âmbito da EJA, encontramos projetos de construção de escolas indígenas, para alfabetização e profissionalização de adultos.

Então percebemos que o município do Conde (PB) se encontra em crescimento e, talvez, tal fato impulse os sujeitos locais a resolverem seus conflitos com a educação formal, buscando recuperar o elo perdido entre o saber popular e a educação formal, procurando as salas de aula de EJA para consolidar essa busca de associação da oralidade e da escrita.

Dessa forma, considerando a natureza social do objeto de pesquisa, ressaltamos a necessidade de uma forma de análise adequada, frente às exigências

que o seu enfoque requer. Por essa razão, adotamos a pesquisa exploratória, com parâmetros qualitativos em todo desenvolvimento do trabalho de investigação, bem como recorremos às indiciaturas encontradas em toda a trajetória realizada pela pesquisa para elucidação dos fatos.

O método qualitativo foi adotado como fio condutor no trabalho de investigação. Com isso, destacamos os estudos de Yin (2016, p. 7) quando o mesmo afirma que “a pesquisa qualitativa é guiada por um desejo de explicar os acontecimentos da vida real, por meio de conceitos existentes ou emergentes”.

Em consonância com o desenho da pesquisa, foram adotadas também ferramentas indiciárias no apoio ao trabalho de investigação, por considerá-lo de extrema relevância no trabalho de pesquisa de fenômenos sociais.

O indiciário é um paradigma de matriz Serendip¹³ quando aflora a capacidade humana de observação da natureza e da sociedade, no pensar em alternativas¹⁴, diante da cogitação de possibilidades de desfechos possíveis para uma investigação, onde o indivíduo tem a chance de se movimentar através de ruídos orientadores, e só os ouvidos preparados e atentos são capazes de decifrá-los, aliando assim a inteligência ao senso de observação. A esse respeito Gonçalves (2019, p. 39) acrescenta:

Impossível sair imune de um reconhecimento da capacidade humana de mover-se em um mundo aberto pelas habilidades cada vez mais refinadas de captar sinais orientadores, distinguindo-os dos sinais sem importância.

A observação das indiciaturas presentes na pesquisa permeia o estudo na intenção de entender as pistas apresentadas pelos alunos nas relações construídas a partir das necessidades do jovem e do adulto (minimamente alfabetizado) de se moverem um mundo letrado, nesse processo de edificação do próprio conhecimento.

Escolhemos o paradigma indiciário para as nossas investigações ao realizar o caminho na análise de documentos e referências bibliográficas já consolidadas na área da pesquisa, alicerçando o achado das pistas que nos levaram à elucidação

¹³ **Serendipidade** se refere a descobertas afortunadas feitas, aparentemente por acaso, mas resultado da capacidade de atenção do caminhante. Diz respeito aos príncipes de Serendip, em famoso conto oriental, eles dão notícia de um camelo desgarrado, apenas pelos sinais que este deixou por onde passou.

¹⁴ A esse respeito sugiro a leitura de Gonçalves (2019).

dos nossos questionamentos. Consideramos que a busca por indícios é fonte de vida e movimento à pesquisa qualitativa que propomos em nosso trabalho.

A seleção dos instrumentos de produção de dados foi transcorrendo conforme as necessidades apresentadas pelo objeto de pesquisa. Com isso podemos elencar além das entrevistas abertas não diretivas, as entrevistas semiestruturadas¹⁵ com educadores, sujeitos envolvidos no processo educacional da EJA do município do Conde (PB) e demais sujeitos da presente pesquisa, bem como organização de grupos focais¹⁶ com alunos, e utilização de diário de campo.

Adotamos as entrevistas semiestruturadas, uma vez que Gray (2012, p.302) esclarece que estas “podem não ser padronizadas [...] podem ser feitas perguntas adicionais, inclusive algumas que não tenham sido previstas”. Dessa forma, tais características se adequaram às necessidades do objeto de estudo em curso.

Foram entrevistados, face a face, todos os técnicos da Secretaria Municipal de Educação que se encontram engajados com a EJA municipal. Assim sendo, entrevistamos duas coordenadoras da modalidade de educação da EJA, a coordenadora do PME/Conde-PB (2015 à 2025) e a coordenadora do Projeto Conde Alfabetizado, bem como três alfabetizadoras, por ser um das ações do PME local que se encontra em movimento e trabalhar diretamente com o fomento da demanda para a EJA.

Direcionamos a nossa atenção para as turmas iniciais da EJA municipal, por entender que nesse terreno se enraíza a construção das relações que o jovem e o adulto dessa modalidade de educação vai estabelecer com o saber sistematizado, suas construções e seus eventos de permanência e continuidade em sala de aula.

No intuito de ecoar a voz dos alunos, entrevistamos os alfabetizandos do Projeto Conde Alfabetizado, considerando-os como uma possível demanda para a EJA. Organizamos 2 (dois) grupos focais distintos, na intenção de investigar os processos de continuidade e permanência de uma possível demanda para a EJA local, enxergando-os como possíveis raízes à EJA local. A escolha pelo formato de grupos focais se deu ao fato de concordamos com Flick (2009, p. 182), no entendimento de que:

As discussões em grupo, por outro lado, correspondem a maneira pela qual as opiniões são produzidas, manifestadas e trocadas na vida real. [...] O

¹⁵ Apêndice I

¹⁶ Apêndice II

grupo transforma-se em uma ferramenta para reconstrução de opiniões individuais de forma mais apropriada.

Foram entrevistados 20 (vinte) alunos, salientando ainda que todos os sujeitos entrevistados autorizaram a presença das suas falas na pesquisa, assinando o termo de livre consentimento¹⁷, orientado pelo comitê de ética, aprovado pelo parecer Consubstanciado CEP, de número 2.924.950.

A escolha dos entrevistados ocorreu mediante a necessidade de constatação dos aspectos de aquisição da leitura e da escrita em turmas de alfabetização, assim escolhemos alunos e alunas do Projeto Conde Alfabetizado, por considerar um terreno frutífero às nossas análises rumo ao momento do encontro da oralidade e escrita.

Entrevistamos adultos e idosos, que se encontram entre 25 e 65 anos de idade, dentre eles (elas), foram 17 (dezessete) mulheres e 3 (três) homens, com profissões e ocupações que variam entre donas de casa, empregadas domésticas, agricultores, pescadores e comerciantes locais.

Para amparar as nossas investigações, paralelamente às entrevistas, realizamos, entre outras, a leitura do PNE, do PME/Conde (PB) e do Documento Preparatório para a VI CONFINTEA, enquanto documentos públicos, com o interesse de entender as metas para a EJA, nos espaços de construção coletiva e na educação popular, pois segundo Flick (2009, p. 234):

Os documentos devem ser vistos como uma forma de contextualização da informação. Em vez de usá-los como 'contêineres de informação', devem ser vistos e analisados como dispositivos comunicativos metodologicamente desenvolvidos na construção de versões sobre eventos.

Os procedimentos de registros dos dados produzidos foram feitos através da adoção do Diário de Campo, anotações sobre as entrevistas abertas não diretivas e semiestruturadas, fichamentos de documentos públicos, análise, transcrição e anotações dos áudios com a realização das entrevistas e grupos focais.

Ainda sobre a adoção do movimento da fase de análise dos dados, concordamos com Creswell (2010, p. 217), quando o mesmo ressalta que:

Trata-se de um processo permanente envolvendo reflexão contínua sobre os dados, formulando questões analíticas e escrevendo anotações durante

¹⁷ Apêndice III

todo o estudo. Ou seja, a análise dos dados qualitativos é conduzida concomitantemente com a coleta dos dados, a realização de interpretações e a redação de relatórios.

Todo o movimento metodológico de análise dos dados transcorreu próximo de uma perspectiva freireana, realizando-se à medida que os dados iam sendo produzidos e dando luz às categorias e conceitos que se desenhavam na pesquisa.

Assim iniciamos a nossa investigação pela análise da possibilidade de materialização do Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024) no Plano Municipal de Educação do Conde (PME/2015-2025).

2. DO PNE ÀS METAS PARA A EJA NO PME DO CONDE/PB

“A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.”

Paulo Freire

É importante salientar que, no caso dos sujeitos da EJA, as relações sociais, econômicas e culturais vinculadas ao poder local se voltam às demandas relacionadas ao espaço de trabalho e as relações que se estabelecem em tal espaço.

Assim, sendo o Conde um município que necessita de uma força de trabalho preparada para atender o turismo regional, nacional e internacional, percebemos a necessidade de trabalhadores que, além da tradição oral, se empoderem das habilidades concernentes ao saber escolar.

Entendemos que o Plano Municipal de Educação do Conde (PB)- 2015 a 2025 foi planejado e aprovado para um povo que tem uma economia e um comércio que giram em torno da agricultura, da pesca, do turismo e das indústrias existentes na região, apresentando, segundo o IBGE, um PIB per capita de R\$ 23.605,11, com base em 2015 (dois mil e quinze), ocupando o 17º lugar na Paraíba, com uma renda média de 2 (dois) salários mínimos por trabalhadores formais.

Nesse contexto econômico, o comércio e o turismo, que se configuram em pólos com aspectos distintos, se intercalam à pesca e à agricultura numa proposta de consolidação do turismo rural.

A presença dos antigos territórios quilombolas Ipiranga, Mituaçu e Gurui, na região do Conde, conta muito da sua história e da sua cultura, pois a história de lutas e da resistência de um povo é o que constrói a sua identidade e determina as suas raízes. Assim, acreditamos que a presença de tais territórios se configura em mais um indício da existência de uma acentuada diferença cultural presente na região, e na Educação de Jovens e Adultos, também temos o desafio de formar iguais diante das diferenças.

No tocante aos aspectos de lutas e resistências, o povo do Conde mantém em dimensões territoriais: 3 territórios quilombolas, 3 aldeias indígenas Tabajaras e 16 assentamentos da Reforma Agrária.

Tais aspectos carecem de ser observados, já que a EJA é formada pelo povo, seus conflitos, suas necessidades e demandas, portanto percebemos que, para se comprovar a concretização de metas e estratégias de um PME, que vise sanar as necessidades e trabalhar frente à demanda existente no município, se torna interessante reservar esse espaço para conhecer a população condense.

Nessa mesma perspectiva, alguns dados anteriores ao período de construção do PME/Conde (PB) também devem ser considerados para a nossa pesquisa, no sentido de analisar se suas metas condizem com o contexto de necessidades e com a demanda existente no município.

Nos aspectos referentes à saúde da população do Conde, encontramos, de acordo com dados fornecidos pela gestão local, com fonte no PME/Conde (PB) (2015-2025), 6.465 famílias registradas no Cadastro Único, o que corresponde à 30,2% da população, 3.639 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, referente à 17% da população e 15 estabelecimentos vinculados ao SUS na região.

Entendemos que as metas e estratégias presentes no Plano Municipal devem considerar tais aspectos ao traçar os rumos da Educação de Jovens e Adultos municipal, principalmente no tocante ao período referente aos ciclos de alfabetização, já que no momento da associação da oralidade e da escrita encontramos a possibilidade da permanência e da continuidade da demanda existente.

2.1 O PNE e as metas para a EJA: impasses e perspectivas em nível local

Em evidências aos tempos de crise que se fazem presentes na educação brasileira como demonstrado na primeira parte da nossa pesquisa, enxergamos indícios de que devemos voltar o nosso olhar cuidadoso aos Planos Municipais de Educação, os enxergando como caminhos prováveis na busca pela consolidação das metas para a educação.

Já que entendemos os Planos Educacionais como o centro de fomentação, elaboração, acompanhamento e avaliação da educação, bem como, fornece base

legal e apoio ao surgimento de novas políticas públicas no amparado aos rumos das modalidades educacionais já existentes.

Diante do desmonte sofrido, em nível nacional, pelo Plano Nacional de Educação com metas para o período de 2014 (dois mil e quatorze) a 2024 (dois mil e vinte e quatro), devemos voltar o nosso olhar ao tecido social local que possui suas próprias formas de organização e articulação entre sociedade civil e governo.

Nessa esteira de pensamentos, entendemos que os municípios possuem sua autonomia no âmbito de construção e materialização do seu Plano Municipal de Educação (PME), e provavelmente teremos nos municípios a oportunidade de concretização das metas, ou de parte das mesmas orientadas e incorporadas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Para a Educação de Jovens e Adultos, tal viabilidade de materialização das metas do Plano Municipal de Educação pode se configurar em uma possibilidade de realização de um trabalho articulado aos saberes locais, já que o tecido social local é composto pelas bases e pelas raízes da sociedade brasileira, e ao que tudo indica, as raízes estão onde tudo começa e onde tudo se sustenta.

Seguindo nessa linha de pensamento, possivelmente teremos a inversão de um trabalho que começou sendo orientado, em parte, de forma verticalizada, com orientações de ações que se originavam de cima para baixo e, do nível federal ao local, que agora necessita da reação do trabalho de base para se concretizar de forma séria e comprometida com a realidade social local, consolidando então um dos princípios dos Planos de Educação.

Ao levantar questões sobre o trabalho educacional local, devemos entender que é necessário ampliar o debate frente aos impasses e possibilidades para concretização das suas metas, pois ao incorporar as orientações do Plano Nacional de Educação, o Plano Municipal assume, também, as possíveis consequências das suas impossibilidades.

Acrescentamos ainda que a discussão da construção do Plano Municipal de Educação (PME) precisa ser objeto de intervenção das diferentes esferas e atores da sociedade local, pois somente assim será possível ser instrumento de igualdade social no campo da educação, e principalmente, no território da Educação de Jovens e Adultos.

É necessário também o entendimento de que as questões referentes à qualidade, acesso, valorização profissional, financiamento e seus desdobramentos

nas políticas e programas da educação municipal devem estar presentes na construção das metas e estratégias do PME.

A esse respeito, as ações de uma sociedade civil organizada que impulse as ações governamentais no sentido de fortalecer o planejamento, bem como, o acompanhamento e consolidação das metas e estratégias do Plano de Educação Municipal se torna um aspecto interessante quando se pensa nos campos da EJA.

A princípio se torna válido destacar que a reflexão sobre a incorporação das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), no Plano Municipal de Educação (PME) requer uma necessária compreensão dos processos de organização, gestão e diálogo entre os diferentes poderes existentes no território local, bem como movimentos de base e sociedade civil organizada. A esse respeito ampliaremos a discussão mais adiante.

Seguindo essa linha de raciocínio, acrescento a esse tecido formador do território local o papel do Conselho Municipal de Educação que deve ser palco de várias representações do poder municipal, distribuídos junto à sociedade civil organizada e governo, e que tem um papel fundamental de participar da construção, aprovação e regulamentação do Plano Municipal de Educação.

Esse entendimento é fundamental para que possamos enxergar os horizontes que surgem para uma compreensão da política do Plano Municipal de Educação como um instrumento de efetivação de direitos, onde os diálogos possam convergir para a institucionalização de um sistema municipal de educação pautado nos princípios da igualdade.

Como possibilidades, apontamos, inicialmente, o trabalho com bases solidificadas em um sistema nacional já constituído que pode ser utilizado como referência, bem como, apontamos ainda, a lei do plano que se encontra apoiada na Constituição Federal (BRASIL, 1988).

No terreno dos possíveis impasses podemos citar que, para a efetivação do Plano Municipal de Educação, é necessário que sejam assegurados o seu financiamento em todos os níveis, etapas e modalidades tal como a democratização do acesso à educação básica e superior em todas as suas etapas e modalidades.

Para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), tais impasses vão transitar nos campos do financiamento por aluno e numa educação inspirada nos princípios da educação ao longo da vida, o que requer do poder local um grande esforço, pois

seus indicadores ainda apontam para altos índices de evasão, como já vistos em nível nacional, tornando a EJA um desafio ao poder local.

Assim, entendemos que os desafios e impasses colocados para o Plano Nacional de Educação são de ordem quantitativa com ramificações qualitativas. E ao que tudo indica, tornando-se, provavelmente, viável apenas a um poder local realmente comprometido com as raízes do seu povo.

Colocamos como questões de ordem quantitativas aquelas que se vinculam aos aspectos relacionados ao financiamento das ações planejadas, assim como a quantidade de escolas e alunos atendidos em relação ao número de profissionais envolvidos no trabalho educacional ofertado, entre outras.

Em contrapartida, mesmo diante das impossibilidades que os aspectos quantitativos possam apresentar, temos que voltar o nosso olhar mais apurado e crítico às questões que envolvem a qualidade na consolidação das ações educacionais planejadas para a consolidação dos planos.

Então, não se trata apenas de ampliar as matrículas para a EJA, mas de pensar em um ensino de qualidade, que se ampare nas necessidades presentes no cotidiano do aluno e que ofereça educação ao jovem e ao adulto, num trabalho articulado de fomento de demanda, associado às ações que primem pela permanência e pela continuidade dos estudos por parte dos alunos.

Para o desenvolvimento de um trabalho que se enquadre nesse grau de complexidade, possivelmente seria necessário o surgimento de algumas políticas públicas e medidas municipais que amparassem a materialização das metas do PME.

A esse respeito, podemos indicar como possibilidades para consolidação do Plano Municipal de Educação ações articuladas que amparem o fortalecimento do movimento de monitoramento e avaliação das metas, bem como, aos campos da EJA, o surgimento de ações que fomentem a demanda e fortaleçam a presença do jovem e adulto em sala de aula.

Outro aspecto que também pode se configurar em um ponto de impasse é a gestão democrática baseada numa concepção ampla de inclusão, e nesse sentido, com relação ao município do Conde (PB), destacamos as diferenças territoriais presentes nos limites municipais, a exemplo dos antigos territórios indígenas, assentamentos e antigos territórios quilombolas.

Torna-se importante ainda chamar a atenção para uma concepção mais ampla de formação profissional, que englobe a formação inicial e continuada dos professores (efetivos e contratados), acrescentando também, um olhar sensível no que diz respeito à carreira, salários e condições de trabalho, já que, se entende, não podemos trabalhar a formação continuada desassociada das questões práticas do cotidiano do profissional da educação.

Compreendemos que tais pontos contribuem para um maior amparo organizacional dos planos decenais, e principalmente, da materialização do Plano Municipal de Educação, colaborando para a garantia da descentralização das responsabilidades e fortalecendo o diálogo entre os atores em nível local.

Nesse sentido, nos remetemos ao discurso da descentralização pautado numa construção horizontal que impulse a realização das ações, o monitoramento e avaliação das metas e, por fim, culminar na proposição do Plano e a sua materialização, entendida aqui, como o poder local em movimento.

Outra indicação de possibilidade à realização do trabalho educacional no âmbito do PME, em vista das suas metas, é a implementação de um movimento de avaliação e monitoramento pautado em princípios que colaborem para a melhoria do ensino em suas diferentes etapas e modalidades, considerando não apenas os resultados, mas o conjunto de variáveis que transitam no campo das desigualdades, que dão origem aos resultados.

Com os nossos entendimentos teóricos conectados a ações concretas, voltamos as nossas análises ao processo de construção do Plano Municipal do Conde/PB, com metas previstas para 2015 (dois mil e quinze) a 2025 (dois mil e vinte e cinco), na tentativa de enxergar as possibilidades e impasses na materialização das suas metas, afunilando o nosso foco às metas para a Educação de Jovens e Adultos com ênfase nos aspectos de demanda, permanência e continuidade e nos processos de aquisição de leitura e letramento nos ciclos de alfabetização da EJA, já que as metas para Educação de Jovens e Adultos não precisam se consolidar caso não haja a demanda.

2.2 Contexto Histórico do PME do Conde (PB)

O Plano Municipal de Educação do Conde (PB) surgiu dentro de um contexto político e social mais amplo de contrarreformas educacionais que nos conduzia a um

período de muitas incertezas e vestígios de impossibilidades em nível federal, incorporou as metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014- 2024) e tem se materializado em meio às reformas educacionais que surgem em âmbito federal.

Em nível municipal também encontramos diferentes construções de concepções políticas e pedagógicas que, igualmente ao âmbito federal, marca o trabalho ofertado pelo poder local por um processo de descontinuidade, que perpassam o poder executivo, legislativo, judiciário e sociedade civil organizada.

Quanto à educação municipal, segundo dados anteriores ao PME/Conde (PB)-2015 a 2025, fornecidos pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, o Conde conta com 5.818 alunos matriculados, distribuídos em 9 (nove) escolas urbanas, 15 (quinze) escolas rurais e 7 (sete) Centros de Referência em Educação Infantil (CREI), sendo 997 matrículas na Educação Infantil, 4.160 matrículas no Ensino Fundamental e 661 na Educação de Jovens e Adultos.

Ainda de acordo com a mesma fonte de informação, a EJA tem 661 alunos matriculados, distribuídos em 3 escolas urbanas e 7 escolas rurais, apresenta oficialmente uma taxa de abandono, com base em 2014, de 41% para o primeiro segmento e 47% para o segundo segmento. O índice de reprovação, com base no mesmo período, é de 31% no primeiro segmento e 24% no segundo segmento.

Dentro de tal divisão, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) com base em 2015 (dois mil e quinze), para os anos finais tinha como meta 4.2 (quatro ponto dois), alcançando 4.0 (quatro), e para os anos finais anos finais a média foi de 3.1 (três ponto um) com meta estimada em 3.9 (três ponto nove).

Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos, em âmbito municipal, possui seus próprios caminhos de organização e avaliação, já que, enquanto modalidade de educação apresenta algumas especificidades locais a serem observadas.

De acordo com a equipe de coordenação municipal, a Educação de Jovens e Adultos local tem suas turmas organizadas por ciclos de educação acelerados, onde o ciclo I corresponde aos 2º e 3º anos, ciclo II, 4º e 5º anos, ciclo III, 6º e 7º anos e ciclo IV, 8º e 9º. Tal organização possibilita ao aluno a conclusão da primeira etapa da educação fundamental em 4 (quatro) anos. O processo de aceleração de cada ciclo se efetiva no cumprimento do currículo obrigatório para cada série em 6 (seis) meses, onde ao término de cada série a matrícula é automaticamente realizada.

Os ciclos são organizados em 2 (dois) segmentos, onde no primeiro segmento se localizam o ciclo de alfabetização, ciclo I e ciclo II, e o segundo segmento corresponde aos ciclos III e IV.

Nesse universo, o Atlas de Desenvolvimento Humano (2013), com base de dados em 2010, e com foco nos anos de escolaridade da população de adultos com mais de 25 anos, elenca um alto índice de pessoas minimamente alfabetizadas, de 29,7%.

Vale ressaltar, que nesse contexto, quanto ao cenário municipal, o PME/Conde (PB) planejou as suas metas e indicadores na gestão da prefeita Tatiana Lundgren Corrêa de Oliveira, que governou a cidade de 2013 a 2016.

Naquele mesmo período, a secretária de educação responsável pela condução dos trabalhos de orientação e planejamento das metas e indicadores local foi a senhora Anne Aline Lopes Ramalho e sua equipe de trabalho.

Segundo informações da nova equipe de coordenação do PME/Conde (PB), a elaboração do plano não contou com ajuda de consultorias, tendo as suas metas construídas pela equipe de coordenação da época, que mantém alguns sujeitos em seu processo de monitoramento, avaliação e tentativas de concretização atual.

Ao assumir a prefeitura em janeiro de 2017 (dois mil e dezessete), a prefeita eleita para o mandato de 2017 a 2020, Márcia de Figueiredo Lucena Lira, do PSB (Partido Socialista Brasileiro), nomeou a senhora Aparecida de Fátima Uchoa Rangel como secretária de educação.

Como exposto anteriormente, o PME/Conde (PB), com metas de 2015 (dois mil e quinze) a 2025 (dois mil e vinte e cinco), foi planejado para 661 (seiscentos e sessenta e um) alunos na Educação de Jovens e Adultos. As medidas iniciais para as ações de materialização do PME do município ficaram por conta de reuniões com a equipe de coordenação do plano, para a revisão das metas traçadas e possíveis reformulações e planejamento para a viabilização do trabalho.

O referido Plano foi apresentado sob a forma da PL 030/2017, de autoria do poder executivo e aprovado pela Lei 0964/2017, que altera a Lei 874/2015, tem amparo legal na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), na Lei Federal nº 13.005 de 25, de junho de 2014.

O Plano foi aprovado pelo Conselho Municipal de Educação de Conde e pela Câmara Municipal de Vereadores, conforme prevê o Plano Nacional da Educação (PNE/2014-2024).

De acordo com o PME/Conde (2015- 2025), a equipe de coordenação divide o trabalho, no âmbito do PME municipal, em três etapas distintas que se consolidam em “organização do trabalho, estudo do plano e monitoramento contínuo das metas e estratégias”.

O PME/Conde (PB), com metas de 2015 (dois mil e quinze) a 2025 (dois mil e vinte e cinco), possui 20 metas, 37 submetas e 138 estratégias subdivididas para a educação infantil e creches, para o Ensino Fundamental e para a Educação de Jovens e Adultos. E em sua fase de revisão, traz no slide 16¹⁸ da sua etapa de apresentação, a proposta de considerar:

- O reconhecimento dos territórios rurais, quilombolas e indígenas como espaços de produções do saber local (inserção dessas parcelas da população local em Metas e estratégias importantes para a Educação condense)
- Valorização dos servidores da educação
- Enfrentamento real ao analfabetismo, ao abandono, à evasão e à reprovação escolar, em todas as faixas etárias
- Preocupação com a interligação das redes de educação locais.

Observamos tais aspectos apontados pelo PME/Conde (PB) como considerações para a educação básica são pontos necessários para a materialização das metas do PNE para a Educação de Jovens e Adultos do município, pois assinalam aos aspectos locais apresentados pelos sujeitos da EJA municipal.

No tocante a Educação de Jovens e Adultos da rede municipal de educação do Conde (PB), temos um espaço que se estrutura em 3 (três) metas, orientadas pelo PNE (2014-2024), e 20 estratégias de trabalho que pretendem viabilizar o processo de incorporação e materialização do plano em seus aspectos locais.

Destacamos, mais uma vez, que partindo do pensamento de que, para a materialização das metas do Plano Municipal de Educação do Conde/PB, se torna necessário o comprometimento e o engajamento dos que compõem o tecido social local, que entendam a importância do Plano Nacional de Educação e sua luta por uma educação de qualidade.

Portanto, para melhor compreensão da importância de atender aos interesses dos que estão na base do tecido social local na materialização do Plano de Educação Municipal, e, mais ainda, para se enxergar a importância dos mecanismos

¹⁸Slide de apresentação do Plano Nacional de Educação no Conde/PB (2015-2025)- Revisão

de reação e organização de base na inversão do processo de verticalização que deu origem ao Plano Nacional de Educação, se faz necessário um diálogo sobre o Poder Local e as demandas por Educação, com foco na Educação de Jovens e adultos.

2.3 Poder local, Educação e EJA

Torna-se importante esclarecer que é interessante observar o poder local enquanto território de conflitos que envolvem as dimensões geográficas e políticas, ao tempo que é no local que o tecido social se fortalece e onde são ampliadas as possibilidades de descentralização do poder e participação social, oportunizando a igualdade e a equidade.

Desde 1988 (mil novecentos e oitenta e oito), com a chegada da nova Constituição Federal, o Brasil passa por uma importante proposta de mudança social; homens e mulheres conquistam o direito ao voto direto, elegendo assim os seus representantes no governo e assumindo a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar o andamento do serviço público.

Com a proposta de descentralização do poder assinalada pela Constituição Federal se ampliam as possibilidades de participação na tomada das decisões sociais, através dos Fóruns, Assembleias e outros mecanismos de participação cidadã.

Nesse enredo, o poder local surge como a imagem da participação popular na tomada das decisões políticas que conduzem o destino da população de uma determinada localidade. E deve ocorrer por meio da participação organizada da sociedade em audiências públicas, plebiscitos, entre outros mecanismos que possam ecoar a voz do cidadão e facilitar a efetivação desta participação na construção de documentos importantes ao impulso da mudança social.

Quando nos voltamos para o poder local e suas peculiaridades, Silva (2008, p. 70) nos alerta: “para entender o local e as relações de poder nele existentes, não basta identificá-los ao poder político. É preciso conceituá-lo como o poder exercido econômico, social, cultural e simbolicamente”. No caso, estamos fazendo uma aproximação entre as questões do poder local e os municípios de pequeno porte.

No aprofundamento teórico sobre municípios destacamos que, segundo Larousse (2001, p. 680), municipalidade é um termo que nos remete a várias direções convergentes: “1. Corpo dos conselheiros municipais de uma cidade. 2. A Câmara Municipal. 3. Jurisdição administrativa de comarca. 4. A prefeitura. 5. O conjunto de cidadãos de um município.”

No entanto, o entendimento de municipalidade que pretendemos ressaltar durante a pesquisa, para o qual voltamos o nosso olhar, aponta para a jurisdição administrativa de comarca e o conjunto de cidadãos de um município.

Colocamos, então, o território municipal como um possível palco das possibilidades das ações do poder local, por enxergar em suas dimensões a possibilidade de aproximação com as raízes do povo, fato que amplia a probabilidade do diálogo entre os movimentos de base e as estruturas de governo.

Nessa coalisão de forças estatais e sociedade civil, em âmbito local, há possibilidades da efetivação de uma gestão compartilhada que oportunize tomadas de decisões que articulem ações governamentais às necessidades da população, apresentadas, especialmente, pela sociedade civil organizada.

Estudar o poder local e suas características nos remete a um aprofundamento em análise aos seus eixos relacionais enquanto esfera pública que se vincula à sociedade civil. O local, como já foi falado nesse trabalho, nos conduz às relações de forças internas e externas que, por muitas vezes, ultrapassam os limites territoriais e geográficos. Nesse sentido, as relações de forças internas se constroem frente ao diálogo entre a sociedade civil e os poderes legislativo, judiciário e executivo.

O município enquanto palco da expressão do poder local estabelece relações de força no diálogo que deve se concretizar entre prefeito, vereadores, poder judiciário e organizações da sociedade civil.

Lembrando que, em sistemas de governo presidencialista, as relações de força entre o poder executivo, legislativo, judiciário e sociedade civil organizada precisam se fortalecer no sentido da criação e execução de ações que busquem sanar as necessidades do povo, em educação, saúde, mobilidade, segurança e outros.

No âmbito global, as relações de poder precisam ser estabelecidas no diálogo entre as esferas municipal, federal e estadual numa dinâmica de orientação, indução, apoio, suplementação financeira, fiscalização, dentre outros, destinados ao

planejamento e à execução de políticas públicas e concretização de programas sociais.

A participação da sociedade civil organizada é necessária para que se cumpram os papéis fomentadores e fiscalizadores rumo à concretização de ações que realmente se destinem ao povo e suas urgências.

Dentro desse papel fomentador e fiscalizador surgem os movimentos de base que se vinculam às cooperativas, comitês, sindicatos, conselhos e outros espaços, onde é necessária a construção do diálogo em que governo e sociedade civil discutam as demandas sociais.

Para Teixeira (2001, p. 27), “independentemente das formas que pode se revestir, a participação significa ‘fazer parte’, ‘tomar parte’, ‘ser parte’ de um ato ou um processo, de uma atividade pública, de ações coletivas”.

Portanto, entendemos que o papel de refletir os atos públicos e pensar sobre a implementação de ações que colaborem para o coletivo atribui ao processo de criação e execução das ações governamentais a visão das subjetividades e particularidades locais de cada segmento social.

O poder municipal deve ter um papel importante no apoio (ou não) aos movimentos de base e na promoção de espaços de participação social que possibilitem a construção da identidade cidadã e empoderamento de sujeitos, fortalecendo as ações do poder local.

Frente a isso, a criação de mecanismos de acesso do cidadão à informação sobre as ações e atos da gestão municipal, tais como, chamadas públicas e audiências, momentos de orçamento participativo, planejamento de desenvolvimento comunitário, dentre outros, se configuram em estratégias governamentais para concretização de tal participação cidadã.

O incentivo e apoio aos Fóruns Municipais, momentos de Conferências e participação se configuram em espaços de debate amplo, envolvendo o olhar público, com foco nas urgências sociais e na promoção de planejamento e ações que visem sanar tais urgências.

Tais momentos precisam do envolvimento de representantes da gestão municipal, do poder judiciário (em momentos de orientação e apoio do ministério público), da sociedade civil organizada e da representação das ONGs que atuam em âmbito municipal. Nessa dinâmica de relações de forças que se vinculam ao debate

e ao diálogo entre o local e o global, surgem os planos, programas e ações educacionais que constituem o município.

No cenário da educação municipal transitam ações e programas federais destinados à execução ou complementação financeira por parte do poder local. E nesse movimento de diálogo e poder, a esfera federal e/ou estadual exerce o papel de fomentar, induzir, fiscalizar, e, ou financiar, enquanto a esfera municipal atribui suas especificidades locais e executa as ações, em alguns casos complementando ou financiando tais ações.

No território da educação e construção das responsabilidades federais, estaduais e municipais os planos educacionais se localizam no terreno da indução, fomentação, orientação e fiscalização, enquanto que o município estuda, avalia, acrescenta suas particularidades locais e executa.

Assim, para se entender as relações de poder existentes entre a municipalidade, a educação e a EJA, se torna necessário entender as relações de força, que forjam o poder local, descentralizam as decisões governamentais e ampliam os debates que promovem a EJA, enquanto modalidade de educação em uma determinada localidade.

No tocante aos Planos Educacionais, podemos observar que existe uma ampla participação social no momento da exposição dos indicadores e no planejamento das metas e ações (que aprofundaremos posteriormente).

Nos campos vinculados à educação municipal, o governo federal orienta a concretização do trabalho letivo com leis que surgem com a Constituição Federal (1988) e perpassam pela Lei de Diretrizes e Bases (1996), entre outras referenciais de apoio didático e orientações no planejamento de um currículo que elenque elementos educacionais gerais e específicos.

No chão da escola, a participação cidadã e os mecanismos de desconcentração de poder partem desde o Projeto Político e Pedagógico (PPP), que tem a função de embasar as ações escolares, e se entrelaçam com as políticas de planejamento e orçamento participativo nos campos do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), no amparo ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), entre outros.

Com relação ao PDE e PDDE, se torna válido ressaltar que os mesmos se configuram em ações de fomento a participação social, que se revestiram do termo “descentralização” das responsabilidades educacionais e escolares, porém

apresentam em suas ações de execução características específicas de controle e gerenciamento federal, principalmente no momento da execução dos gastos e prestação de contas dos recursos financeiros recebidos pela unidade educacional.

Observa-se durante todo processo de investimento do recurso recebido pela unidade de educação, a concretização de uma política neoliberal que não “descentraliza” o poder de decisão, todavia, transita nos campos de transposição de responsabilidades.

Contudo, tais políticas trazem também o fomento à participação social, e com isso a instituição dos conselhos escolares incentiva o surgimento de espaços que devem envolver pais, comunidade, professores e gestores em um processo permanente de diálogo que devem ter foco nas urgências da comunidade escolar.

Dentro dessa dinâmica de forças, a EJA se firma no terreno educacional do município como uma modalidade educativa que traz em sua construção identitária uma história repleta de avanços e recuos, permeada pelas peculiaridades locais, já que envolve o adulto, detentor de uma história de vida própria que apresenta todo um contexto local.

A Educação de Jovens e Adultos, enquanto modalidade educacional, requer um olhar específico por parte da gestão municipal, já que a história de vida elencada pelos seus sujeitos, com suas lutas e derrotas perpassa todo o território local, e deve considerar as urgências sociais em todos os seus aspectos de necessidades e direitos negligenciados.

Ao refletir sobre as responsabilidades e financiamento, em âmbito federal, a EJA se encontra nos campos da indução, orientação e suplementação financeira, apresentando um período de recuos com as contrarreformas sofridas pelo campo educacional, no período pós-golpe (2016), ficando como responsabilidade municipal o seu planejamento e sua execução.

Como já foi aqui dissertada, nesse movimento de construção de responsabilidades, a EJA apresenta avanços e ganha visibilidade com a publicação do Parecer CEB/CNE 11/2000 (BRASIL, 2000). Tem o seu financiamento garantido pela Lei 11.494/2007, que inseriu a EJA no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério (antigo FUNDEF). Porém, sofre recuos significativos com a MP (Medida Provisória) nº 746, de 22 de setembro de 2016, que reformula o Ensino Médio, atribuindo-lhe um caráter educativo em tempo integral, invisibilizando o ensino noturno e,

consequentemente, a EJA, que passa, desde então, a ter um cenário de responsabilidades municipais.

Quanto aos planos educacionais, a EJA tem o seu espaço de indução e orientação nas metas nacionais presentes no Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), porém suas possibilidades de materialização das metas são encontradas no planejamento e concretização das estratégias locais, o que nos leva a eleger o poder local e suas especificidades, enquanto cenário principal da nossa pesquisa.

Construímos, então, o nosso diálogo junto aos sujeitos, para os quais tais metas se destinam no intuito de conhecer melhor as dimensões práticas e concretas da pesquisa que nos propomos realizar.

2.4 Os sujeitos, as Salas de EJA, Metas e Necessidades

Segundo dados fornecidos pela coordenação da EJA, o município do Conde (PB) conta com 10 (dez) escolas que ofertam a educação de jovens e adultos, com turmas organizadas de acordo com a demanda de cada localidade, sendo 4 (quatro) escolas na zona urbana e 6 (seis) escolas na zona rural.

O número de educandos por turma varia de acordo com cada ciclo e com a demanda local. Nas turmas dos ciclos de alfabetização, ciclo I e II, referentes aos anos iniciais do Ensino Fundamental, as turmas são formadas por 25 alunos, já nos ciclos III e IV, que dizem respeito aos anos finais do Ensino Fundamental, as turmas possuem em sua formação uma média de 35 alunos, observando-se um índice de variação pequeno para mais ou menos alunos por turma.

O perfil dos alunos da EJA do município do Conde (PB) apresenta algumas especificidades de acordo com a área de localização de cada turma. No tocante a EJA rural, as turmas são formadas por adultos e idosos, agricultores, pescadores, quilombolas, um pequeno grupo de indígenas. Na área urbana são inseridos a este perfil alguns jovens e comerciantes do local.

Segundo informações da equipe de coordenação da EJA, nesta gestão, a formação dos educadores da EJA está bem específica, com encontros realizados uma vez por mês.

O PME municipal apresenta 3 (três) metas específicas para os jovens e os adultos da sua rede educacional, que foram incorporadas do Plano Nacional de Educação (2014- 2014):

Meta 8(BRASIL, 2017, p. 14):

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, indígena, quilombola e negros, da região de menor escolaridade no município e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Meta 9 (BRASIL, 2017, p. 14):

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 85% (oitenta e cinco por cento) até 2020 e, até o final da vigência deste PME, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

E a meta 10 (BRASIL, 2017, p. 15), que estabelece a “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional”.

Tais metas sinalizam para a necessidade de um esforço coletivo da equipe de coordenação do PME/Conde (2015-2025) na articulação e planejamento de 20 (vinte) estratégias de um trabalho de materialização do PNE.

Para a meta 8 (oito), que diz respeito a elevação da escolaridade média da população de jovens e adultos, visando promover ações de acesso à educação para todos, com foco nas diferenças apresentadas pelas subjetividades do sujeito da EJA do Conde (PB), as estratégias planejadas se iniciam pela aplicação de programas de correção de fluxo.

Seguem com a proposta de implementação de programas que busquem a equiparação idade e fluxo, parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, promoção de busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais e implementação do Programa Conde Alfabetizado.

A meta 9 (nove), que vem assegurar a elevação da taxa de alfabetização para os jovens até 15 (quinze) anos, traz em suas estratégias a proposta de garantia de oferta gratuita de educação, diagnósticos dos jovens e adultos inseridos no ensino

fundamental da rede municipal, garantias de continuidade da escolarização, chamadas públicas regulares para o acesso a EJA e adoção de avaliação específica.

As estratégias e metas propostas pelo PME do Conde (PB) apresentam ainda a proposta de executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde, bem como propõe considerar, nas políticas públicas para jovens e adultos, as necessidades dos idosos.

Em relação à meta 10 (dez), que visa a ampliação das matrículas para os jovens e adultos, as estratégias traçadas perpassam pela proposta de promoção de expansão das matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos.

Ampliar as oportunidades profissionais, melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência e a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e produção de material didático.

Observamos que todas as estratégias apresentadas têm o seu período de concretização até o final da vigência dos planos, bem como não sofreram nenhuma alteração em seu texto de base, no período de revisão e atualização promovido pela gestão atual.

A meta 8 (oito) apresenta em relação ao PNE (2014-2014) o acréscimo das especificidades dos sujeitos da EJA do município do Conde (PB), quando enfatiza as diferenças culturais presentes no local.

Observamos que a meta 11 (2017, p. 16), que diz respeito a educação profissional para o ensino médio com a proposta de “colaborar com a União e o Estado na implantação de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público”, também se associa a EJA, em seus aspectos de profissionalização.

Fato que precisa ser observado na Educação de Jovens e Adultos desde os ciclos iniciais, já que o aspecto da qualificação para o mundo do trabalho faz parte das necessidades diárias do jovem e do adulto que se propõem a regressar à sala de aula.

Com relação ao financiamento dos Planos de Educação, segundo o artigo 212 da Constituição Federal:

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Ainda no tocante ao financiamento do Plano Municipal de Educação, segundo dados fornecidos pelos técnicos da Secretaria de Educação do município do Conde (PB), o financiamento do Plano Municipal é (em parte) de responsabilidade da gestão municipal, sendo complementado pelo governo federal, como prevê o texto constitucional.

Todos os projetos e programas pensados para aplicação em âmbito municipal devem transitar entre o poder executivo e legislativo, desde o seu planejamento até a sua aplicação. Devem ser sancionados num processo de amplo debate entre governo e sociedade civil e inserido na LOA (lei de orçamento anual) do município.

No entanto, chamamos a atenção para alguns aspectos peculiares à Educação de Jovens e Adultos, como as relações estabelecidas entre seus sujeitos e o lugar da circularidade cultural, e, em especial, tratamos a problemática que cerca a demanda da EJA.

Observamos também que não adiante ter um Plano Municipal de Educação articulado com garantias de financiamento das ações previstas e um poder local atuante, se não houver uma demanda real com interesse em permanência e continuidade. De tais aspectos trataremos com mais atenção na próxima parte da pesquisa.

3. O PRESENTE E O FUTURO DAS METAS DA EJA NO MUNICÍPIO DO CONDE

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”.

Paulo Freire

Como sabemos, toda política depende do seu desempenho de trajetória, ou seja, para que haja uma materialização satisfatória das metas da Educação de Jovens Adultos no município do Conde-PB, é necessário o reconhecimento do Plano Municipal de Educação como um documento importante para a efetivação do direito a educação de qualidade, sobretudo, gratuita e laica.

O Plano Municipal de Educação bem como suas metas e estratégias, previamente traçadas, precisam mobilizar os atores sociais e orientar as ações governamentais rumo a sua concretização.

É importante destacar que, para o cumprimento do Plano Municipal de Educação, e concretização das metas e estratégias traçadas para a Educação de Jovens e Adultos do município, se torna preciso que o plano tenha prioridade de gestão e orçamento público.

Lembramos que o não cumprimento das metas da EJA presentes no Plano Municipal de Educação coloca em risco não só o futuro, mas também o presente da Educação de Jovens e Adultos da cidade do Conde-PB. Assim, a necessidade de elevação da taxa de alfabetização da sua população jovem e adulta, em âmbito local, como expresso na meta 9 do PME/Conde-PB (2015-2025), se configura em um ponto central para tal modalidade educacional.

Acrescentamos também que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da educação que trabalha intimamente intercalada com a garantia de direitos que, se devidamente efetivados, colaborarão diretamente com o movimento de desenvolvimento local, tornando a EJA, um investimento rentável ao município do Conde, caso associada a uma proposta sólida de Educação e Qualificação Profissional.

Políticas públicas que possam impulsionar a demanda da EJA em âmbito municipal também podem se configurar em um ponto de fortalecimento ao PME, já

que, em âmbito Federal, no período de 2019 (dois mil e dezenove), temos uma ausência de políticas públicas destinadas ao jovem e ao adulto.

Embora o presente estudo não tenha a intenção no aprofundamento do desse tema, em cenário federal, entre as medidas adotadas e aprovadas no governo Temer (2016-2019), que representam impossibilidades ao trabalho educacional, vale destacar a Emenda Constitucional 95, que deu origem ao novo regime fiscal brasileiro.

O fato é que o atual regime fiscal congela gastos e investimentos públicos, e nos conduziu a vários momentos de debates, reflexões e protestos, pois sua aprovação se configurou em um momento que gerou forte impacto para a economia brasileira e, principalmente, para a educação de todo o país. O Regime Fiscal em curso foi promulgado em quinze de dezembro de dois mil e dezesseis pela Emenda Constitucional 95/2016, conhecida pela PEC do congelamento dos gastos da União.

Para um melhor entendimento da Emenda Constitucional e seus impactos na educação, é preciso lembrar que a mesma se aplica às despesas primárias do Orçamento Fiscal (OF) e Orçamento da Seguridade Social (OSS) da União, com foco nos poderes e órgãos autônomos. Torna-se válido destacar que os estados e municípios ficam fora dessa configuração.

Dentro dos órgãos autônomos, destacamos os Tribunais, Conselhos de Justiça, Justiça do Trabalho, Senado, Câmara, Tribunal de Contas da União, Ministério Público, entre outros, onde cada órgão terá o seu limite de gastos individualizados.

Tal Emenda Constitucional tornou-se válida por 20 anos, podendo ter a sua metodologia alterada pelo Presidente da República, através de lei complementar, somente após 10 anos da sua aplicabilidade.

A sua metodologia foi dividida em duas fases, no primeiro ano teve foco a competência, período em que a preocupação do governo gira em torno do dinheiro e das despesas. E a partir do segundo ano as despesas públicas passaram a ser limitadas e calculadas pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) do ano anterior.

É importante lembrar que algumas despesas ficam fora da base de cálculo da lei orçamentária, a exemplo das transferências constitucionais (entre a união, estados e municípios), dos créditos extraordinários (referentes às despesas imprevíveis), despesas não recorrentes da justiça eleitoral, e as despesas com o

aumento da participação acionária de empresas estatais independentes, por ser considerada um investimento.

A princípio, a nova Emenda Constitucional que institui a lei do orçamento fiscal, por 20 anos, é uma proposta aparentemente racional que se ampara no discurso de que é controlando os gastos da união que se consegue controlar a inflação.

Porém, se trata de uma medida cruel, que tem início com a lei de responsabilidade fiscal, aprovada no período do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), e que foi encabeçada por grupos políticos conservadores, que conduz o país a um cenário desumanamente capitalista, elitista.

Portanto, algo que já vem sendo pensado e articulado na intenção de levar o país ao sucateamento dos seus órgãos públicos, privatizações e retirada de direitos já consolidados, sob a máscara de uma suposta racionalidade econômica.

Na realidade, o congelamento dos gastos públicos nos transporta a um cenário de falta de investimentos em serviços essenciais, como saúde, educação, moradia, políticas públicas referentes a direitos humanos, que consolidam um momento político que expressa a continuidade do princípio da austeridade e esquece a dívida da nação com o seu povo.

Embora os gastos com a educação sejam definidos por texto constitucional, em seus artigos 98 e 212, ter tido seus limites de investimentos fixados em 18% da receita da união, e a educação básica esteja protegida pelo FUNDEB, até 2020, o primeiro ano de aplicabilidade da Emenda Constitucional supracitada, 2017 (dois mil e dezessete), no caso, já trouxe falta de investimentos no Ensino Superior, fato que afeta principalmente os Programas de pós-graduação, bem como a Educação Infantil e a EJA.

O fato é que o Novo Regime fiscal compromete as políticas de investimentos, pois acaba a diferença entre o que o governo pode gastar e o que ele precisa gastar. E é justamente nesse espaço que o estado mínimo de direitos se instaura, e a lei que a princípio viria apenas para controlar as despesas da união, traz consigo uma conta muito alta a ser paga pelo brasileiro, que será usurpado em suas necessidades básicas e em seus direitos essenciais a serviços e bens sociais.

Nessa tessitura, e ainda sem a intenção de aprofundamento teórico, também podemos citar para a educação básica a iminência do fim do FUNDEB, que traz consigo a necessidade de voltar os nossos olhares à proposta de Desvinculação das

Receitas da União (DRU)¹⁹, que se constitui em outro golpe cruel que está se desenhando e nos leva a discutir e lutar por um FUNDEB permanente com alteração no texto constitucional.

A consolidação da DRU nos aponta para um colapso na educação brasileira, já que a União tem o papel de complementação financeira aos Estados e Municípios e ausência desse recurso torna suas receitas insuficientes.

Outro fato preocupante para a educação brasileira e, principalmente, para a Educação de Jovens e Adultos é o Decreto Nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que Institui a Política Nacional de Alfabetização, assinada pelo presidente da República Jair Bolsonaro, pois o mesmo define alfabetização como “ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético, a fim de que o alfabetizando se torne capaz de ler e escrever palavras e textos com autonomia e compreensão”. (BRASIL, 2019, s/p).

Tal conceito, ou forma de enxergar a alfabetização, é muito preocupante, pois exclui do ato de alfabetizar o caráter da reflexão crítica e do letramento, reduzindo a etapa da alfabetização apenas a decodificação e codificação de símbolos e letras.

O decreto supracitado ainda institui como um dos seus princípios básicos a “ênfase no ensino de seis componentes essenciais para a alfabetização: a) consciência fonêmica; b) instrução fônica sistemática; c) fluência em leitura oral; d) desenvolvimento de vocabulário; e) compreensão de textos; e f) produção de escrita.”(BRASIL, 2019 art. 3, inciso IV)

Com isso, traz ao palco das suas ações o método fônico, porém atribui certo grau de relevância da alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, deixando de citar os jovens e os adultos não-alfabetizados, bem como, não considerando os princípios da proposta de educação ao longo da vida, fato que enfraquece a Educação de Jovens e Adultos enquanto modalidade de educação.

O decreto também não elenca nenhum objetivo para a alfabetização de adultos, excluindo tal público quando expõe que pretende “elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, sobretudo nos primeiros anos do ensino fundamental, por meio de abordagens cientificamente fundamentadas”.(BRASIL, 2019 art. 4, inciso I)

¹⁹ Para aprofundamento do tema: www.cartacapital.com.br/economia/dru-mais-um-ataque-a-seguridade-social.

Os alunos da Educação de Jovens e Adultos até são mencionados enquanto parte do público-alvo da nova política nacional de alfabetização, e aparece as possibilidades de “desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos específicos para a alfabetização de jovens e adultos da educação formal e da educação não formal” (BRASIL, 2019, artigo 8, inciso V).

Porém, os professores da EJA são esquecidos no momento de planejar o apoio em suas atividades cotidianas, quando encontramos expresso na lei: “incentivo à formação de gestores educacionais para dar suporte adequado aos professores da educação infantil, aos professores do ensino fundamental e aos alunos”. (BRASIL 2019, artigo 8, inciso XII).

Outro aspecto importante para a implementação de uma política de alfabetização, que não foi citado no texto do decreto 9.765/2019, é a formação de professores e suas devidas especificidades por modalidade de educação e devidos segmentos.

Diante de tantos embates necessários aos tempos de crise que vivemos, alertamos para o comprometimento do financiamento do Plano Nacional de Educação e chamamos a atenção para a inviabilidade do cumprimento da meta 20 que pretendia destinar 7% do PIB (Produto Interno Bruto) na educação pública, até 2019 (dois mil e dezenove), e 10%, até 2024 (dois mil e vinte e quatro).

Dentro desse contexto, o Plano Nacional de Educação pode ganhar algum fôlego para a sua concretização nos Planos Municipais de Educação, que podem apresentar possibilidades de consolidação frente às ações de trabalho do poder local, que, apesar da crise enfrentada, ainda se resguardam ao direito de tecer seus próprios caminhos de resistência e luta contra os retrocessos que se mantêm em curso.

Nessa esteira política, com algumas ações revistas e outras mantidas, em âmbito nacional, o Plano Municipal de Educação do Conde/PB (2015-2025), se consolida, associando as ações para a sua realização ao contexto social e político municipal e seus próprios embates.

Com isso, mediante a invisibilidade da Educação de Jovens e Adultos no terreno do surgimento de novas políticas públicas, procuramos destacar, nesse trabalho, alguns aspectos que carecem de observação por parte do poder local, para que as metas do Plano Municipal de Educação se consolidem o âmbito da EJA, tais como demanda, permanência, continuidade, relações estabelecidas no âmbito das

turmas, bem como entender o lugar da Circularidade Cultural no favorecimento das questões que se vinculam aos processos de aquisição da leitura e da escrita.

Assim, a partir de agora, tentaremos abordar tais questões com um olhar voltado ao local e aos sujeitos pesquisados.

3.1 A EJA do Conde (PB): Uma linha tênue entre oferta e demanda

Dentre os diferentes desafios presentes na Educação de Jovens e Adultos, algo que merece destaque é a relação existente entre demanda potencial, demanda real da EJA e os aspectos de sustentação da permanência do aluno em sala de aula.

Todavia, o Documento Nacional Preparatório para a CONFINTEA (BRASIL, 2009, p. 16) refere-se ao fluxo escolar para o ensino regular como “outro grande desafio do sistema educacional brasileiro” e ressalta “que as baixas taxas de conclusão e o abandono são fatores que geram demanda por Educação de Jovens e Adultos”.

Porém os aspectos relacionais da EJA requerem um olhar diferenciado no que se refere à demanda, oferta e permanência e exige mobilização do poder público e da sociedade civil. No tocante aos mecanismos de busca, participação social e orientação do processo, ainda de acordo com mesmo documento preparatório para a CONFINTEA (BRASIL, 2009, p. 39):

A mobilização deve ser feita por chamada pública para matrícula pelo convencimento da população. O poder público, articulado com lideranças sindicais, religiosas e associativas e de movimentos sociais promove a criação de espaços pedagógicos para o acolhimento de filhos de pais e mães trabalhadores, nos termos da lei e, para isso, convoca o comprometimento de empresas com a escolarização de seus funcionários, estimulando a redução da jornada de trabalho do educando trabalhador de ensino fundamental e médio, entre outras medidas.

A perspectiva da mobilização social traz, para as questões de demanda e oferta da EJA, um esforço coletivo no sentido de incentivar o regresso do jovem, do adulto e do idoso para a sala de aula, ofertando-lhe a oportunidade de resolver os seus problemas de formação escolar.

Cabe também ao poder público realizar o levantamento de dados de demanda de EJA, fomentando a construção de diagnósticos, com um olhar voltado

as demandas do campo e da cidade, combate ao analfabetismo funcional e preparação para o mundo do trabalho.

Após a CONFINTEA Brasil+6, realizada no Brasil, em 2016 (dois mil e dezesseis), a Coletânea de textos da “CONFINTEA Brasil+6: tema central e oficinas temáticas” (BRASIL, 2016) nos traz considerações importantes aos aspectos de demanda e oferta da EJA, orientando o seu processo de fomentação através de chamadas públicas e participação social.

Em termos gerais, após a realização da CONFINTEA Brasil +6 a Educação de Jovens e Adultos se reveste da proposta de uma educação ao longo da vida, confluindo para as metas do PNE (2014-2024), e sinaliza para tempos de reflexão e reformulação dos pressupostos.

De acordo com Bordignon (2016, p. 209):

A abordagem da questão do reconhecimento de saberes acumulados pelo adulto nas suas experiências de vida e trabalho demandam um mergulho em questões epistemológicas, pedagógicas e normativas, isto é, do processo de construir e apropriar-se de conhecimentos e de reconhecê-lo.

Com relação aos aspectos de demanda, oferta e sustentação do público, a EJA revestida de pressupostos que acompanhem os seus sujeitos ao longo da vida, em educação inicial e continuada, pode valorizar os saberes acumulados pelos seus sujeitos ao longo da vida.

Entre demanda, oferta e permanência, se localiza o Projeto Conde Alfabetizado que foi planejado para fomentar, buscar e preparar a demanda para a EJA local, confluindo com as metas do PNE (2014-2024), que já vem se materializando nas estratégias do PME/Conde (PB), com período de realização previsto até 2025.

O Projeto Conde Alfabetizado surge no município logo após a retirada do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que ocorre em decisão do governo federal. O projeto nasce observando o caráter de não substituir o PBA, mas sim complementar o processo de busca de demanda, alfabetização e letramento do público da EJA.

Voltamos o nosso olhar crítico ao âmbito do projeto, já que acreditamos que a base de todo o percurso escolar se encontra nos processos de aquisição da leitura e da escrita, se configurando nas raízes que sustentam os aspectos da demanda, permanência e continuidade dos alunos da EJA.

Em dados fornecidos pela Secretaria de Educação Municipal, através da coordenação do projeto, todo o processo de elaboração e planejamento perpassou reuniões com a equipe pedagógica local, aprovação pela Câmara Municipal de Vereadores, chamadas públicas para alunos e professores, processo seletivo para os alfabetizadores e formação inicial, com orientações a realização do trabalho, orientação de busca da demanda potencial de jovens, adultos e idosos, organização do local de trabalho, dentre outros.

Retomamos as nossas reflexões às orientações da CONFINTEA +6 (2016) e do PNE (2014-2024) e encontramos, no âmbito do projeto, ações articuladas pela gestão municipais, que se materializam obedecendo todos os pressupostos para a realização de um trabalho pensado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos da cidade.

A escolha dos alfabetizadores foi feita através de um processo seletivo que exigiu dos candidatos, pelo menos, o ensino médio completo, porém alcançou professores dos cursos de pedagogia e das licenciaturas. Dentre os alfabetizadores selecionados, o projeto conta com 2 (dois) deles que concluíram o ensino médio, 1 (um) deles com pedagógico (nível médio), 2 (dois) outros cursando o quinto período de Pedagogia, 1 (um) deles com o curso de Pedagogia concluído e 9 (nove) outros com formação em Letras.

Com relação aos alfabetizadores com formação em nível médio, observa-se, em relatos da coordenadora do Projeto, que os mesmos já estão buscando a inserção na UFPB virtual através dos programas de formação do município.

A formação para os alfabetizadores acontece com uma formação inicial de 40h, e tem uma formação continuada ao longo de 6 (seis) meses, que acontece na secretaria de educação uma ou duas vezes ao mês (havendo necessidade), onde se recebe todas as orientações possíveis para se trabalhar em sala de aula, levando em consideração as especificidades de cada turma.

Também existe um acompanhamento semanal do trabalho no chão da sala de aula, seja na casa de farinha, seja na associação, seja no assentamento. As visitas são periódicas, quando é realizado o acompanhamento e as orientações de trabalho.

Sentimos a participação da sociedade civil, nos aspectos vinculados ao local de realização das aulas: igrejas, associações, casa de farinha, espaços em assentamentos etc. O trabalho de fomento e busca da demanda se realizou num

esforço conjunto entre coordenadores e alfabetizadores em revisitar a população, levando o convite aos potenciais alunos e alunas para o regresso à sala de aula, através do diálogo e convencimento.

Assim, foram formadas 15 turmas, sendo uma turma quilombola de Mituaçu, três turmas na comunidade Santa Marta, que é uma comunidade considerada quase urbana, e um bairro que se localiza às margens da BR 101, também conhecido como Pousada do Conde, uma turma no centro de reabilitação feminino, que é uma clínica que trabalha com recuperação de mulheres que querem se libertar da situação de vulnerabilidade em que vivem.

O projeto atualmente também conta com 4 turmas distribuídas no Centro da cidade, uma turma no Assentamento D. José Maria Pires, que fica na Zona Rural, na comunidade de Garapú, uma turma na Aldeia Vitória, que fica na Mata da Chica, uma turma na aldeia Gramame Sul, dos Tabajaras, uma turma em Tambaba e uma turma funcionando em Ademário Reges.

No que diz respeito ao perfil dos alfabetizandos, nós temos: índios, quilombolas, assentados, e na zona urbana senhoras e senhores trabalhadores domésticos, pedreiros, e ou ajudantes de pedreiro.

Também tem outro perfil, bem específico, no centro de reabilitação feminina “Missão Resgate”, que são mulheres, que, em boa parte, sofreram muito desgaste emocional por conta das drogas, e algumas são minimamente alfabetizadas e outras abandonaram os estudos nos anos iniciais do fundamental menor.

Tal perfil apresenta características bem específicas por se tratar de mulheres que não estudaram por conta das condições de vida antes de chegarem à clínica.

O projeto Conde Alfabetizado foi planejado para um público de 200 educandos, atingindo um total de 182 alunos matriculados, e com proposta de ampliação para atendimento.

O período de alfabetização ocorreu em 6 (seis) meses, e terminou no mês de fevereiro de 2019 (dois mil e dezenove). Com o término das aulas, os alunos foram convidados a realizar a matrícula no ciclo I das salas de EJA.

O Projeto Conde Alfabetizado concluiu com 13 (treze) turmas ativas, encaminhou 70% (setenta por cento) dos seus alunos para a EJA, em escolas próximas às residências suas residências e constituiu novas turmas de EJA, a exemplo de Mituaçu, do Projeto Missão Resgate e Tambaba.

Em se tratando de estrutura de composição das turmas de Educação de Jovens e Adultos, o ciclo I diz respeito aos anos iniciais da Educação Básica, quando os alunos terão a oportunidade de cursar dentro de um período de um ano letivo, as 2º (segundo) e 3º (terceiro) anos. No ciclo II, os alunos devem aprofundar as suas capacidades de leitura e escrita, seus conhecimentos matemáticos, discutem questões sobre a ciência e a sociedade, através de rodas de diálogo e debate, possibilitando o combate ao analfabetismo funcional.

O projeto é de financiamento municipal, as responsabilidades financeiras da gestão local vão desde a parte organizacional e logística, perpassando as questões didáticas, produção de material, até os pontos de ordem de contratação e pagamento das bolsas dos alfabetizadores.

Com relação aos aspectos quantitativos de alunos, segundo a fala da professora, coordenadora do projeto, “onde tiver um cidadão analfabeto terá um alfabetizador do projeto preparado para alfabetizá-lo”.

Com isso, a intenção da gestão municipal é de ampliar as atividades letivas no intuito de aumentar a taxa de alfabetização de jovens e adultos do município. Portanto, se pretende sempre associar ao projeto a uma visão que priorize a qualidade didática do projeto e não olhe apenas para a quantidade de alunos das turmas.

3.2 A EJA e seus Aspectos Relacionais

A Educação de Jovens e Adultos se constitui enquanto modalidade educativa e guarda algumas características próprias, principalmente nos seus ciclos de alfabetização, que não podem ser analisadas fora do contexto social dos sujeitos que a compõem, já que seus princípios são inspirados na Educação Popular e seus espaços devem primar por um trabalho construído com o indivíduo que se propõem a regressar à sala de aula.

No preparo de espaços de trabalho com os sujeitos da EJA, se faz necessário conhecer a realidade social e cultural na qual cada indivíduo pauta o seu processo de construção identitária. De tal maneira, entendemos que, para melhor compreensão das diferentes identidades presentes no público, ao qual a EJA se destina, se torna preciso conhecer o processo histórico de ausências de direito, no qual o jovem, o adulto e o idoso se originam.

Para Charlot (2000, p. 64), a construção do saber se origina das relações que o sujeito estabelece “com o mundo, consigo e com os outros”. Dentro de tais relações devemos observar tal sujeito enquanto um ser que pertence ao mundo, age sobre ele e, inevitavelmente, aprende ao agir no espaço onde vive.

Portanto, entendemos a EJA enquanto uma atividade relacional, onde a demanda existente só se sustenta diante das relações que seus indivíduos estabelecem no espaço onde agem, com as pessoas desse espaço e com a forma de sentir tais pessoas e tais espaços.

Nessa perspectiva, podemos apontar os processos históricos que deram origem ao adulto e ao idoso da EJA, como frutos das relações sociais que se pautaram na ausência do direito a uma educação para todos, e que podem ser identificadas na história de avanços e recuos da educação brasileira e, consequentemente, da própria EJA.

No tocante aos jovens e seu ingresso na EJA, de forma cada vez mais precoce, podemos sinalizar para as relações que são construídas entre as formas de organização do ambiente escolar, maneiras de gerenciamento do ensino formal e ausência de um olhar direcionado às subjetividades existentes nesse espaço.

Para o idoso que regressa ao chão da escola, os aspectos relacionais podem ser mais profundos partindo da necessidade de se socializar, se sentir ativo e manter a sua independência, orientação, ou quem sabe, protagonizar ações de liderança em outros grupos sociais.

Nos aspectos relacionais mais restritos podemos apontar que, para se manter em sala de aula, o sujeito da EJA precisa se relacionar bem com os seus colegas de sala, com seus professores, com as formas como são promovidas as trocas de saberes, e principalmente, como se sentem frente a todo o processo de construção e partilha do saber individual.

Outro aspecto que se encontra intrínseco nas relações com o saber e que são pertinentes aos sujeitos da EJA é a necessidade do desejo na busca pelo saber, pois se o indivíduo não tiver posse da vontade de atingir um alvo predeterminado com objetivos claros de conquistas, também não se manterá em sala de aula.

A esse aspecto Charlot (2000, p. 47) ressalta que “não há relação com o saber senão de parte de um sujeito; e o sujeito é o desejo”. A tal desejo o autor atribui o conceito de móbile e ressalta que este tem de nascer de dentro para fora, não sendo suficiente apenas a motivação externa.

Para o sujeito da EJA tal conceito de mobilização se vincula à necessidade de resolver problemas sociais, que se associam à ausência da educação formal e seus aspectos de aprendizagens, aquisição da leitura, da escrita e sistematização de cálculos matemáticos.

Tais aspectos de aprendizagens se vinculam diretamente ao cotidiano do jovem, do adulto e do idoso que se propõem a realizar o regresso a sala de aula, mas que também necessitam se manter inseridos no mundo do trabalho e no contexto social de forma plena. Segundo Hannoun (1998, p. 14):

Essa educação formal, ou seja, a concebida, projetada e decidida pelo homem, opõe-se de maneira voluntarista à educação informal, reduzida a um produto do acaso e das circunstâncias físico-biológicas de sua existência. Educar, no sentido formal do termo é recusar a onipotência das determinações biológicas e ambientais como construtoras da personalidade atual e futura do homem e, correlativamente, permitir que este acrescente a sua própria marca à construção do seu destino.

Para um jovem e um adulto que precisa acompanhar a dinâmica de evolução e desenvolvimento do espaço onde vive, isso se concretiza nos movimentos inerentes ao ato de viver: no comércio, no trabalho, no turismo, na necessidade de se locomover, dentre outros.

O município do Conde (PB) apresenta traços rurais, mas também elenca características de desenvolvimento dinâmico que se vinculam ao comércio e ao turismo rural que crescem na cidade, podem suscitar no sujeito local um desejo pelo saber que se é construído nos campos da educação formal e com isso atribuir um aspecto de sustentação da demanda existente.

Todavia, Hannoun (1998, p. 45) também sinaliza para a importância do “poder de decisão” do sujeito e para o valor que tem aquilo que “decide o decididor”, alertando para o fato de que a educação não seja entendida como um ato de manipulação de aluno, mas sim um motivo de sua decisão “de acrescentar a sua própria marca na construção do seu destino”.

Os motivos da decisão são nomeados por Hannoun (1998, p. 47), como móbeis conceituados como “conjunto dos fatores bioafetivos conscientes e/ou inconscientes” que impulsionam à decisão. O conceito de móbil apontado por Hannoun (1998) se assemelha ao de Charlot (2000), quando ressalta a necessidade do desejo, algo que fortalece as relações que os alunos da EJA estabelecem com o saber.

Permeando todos esses aspectos da Educação de Jovens e Adultos, acrescentamos os estudos de Furter (1982, p. 68) e seus estudos sobre a educação de adultos que sinalizam “para os fatos que nos passam despercebido”, aponta que para se admitir uma nova concepção de maturidade, importa que:

Se a educação do adulto tem sentido, é porque o adulto continua aprendendo. Não é mais possível, pois, dividir a vida humana em duas partes distintas: o tempo da aprendizagem (da infância até a adolescência) e o tempo da maturidade onde se goza do aprendizado.

Nesse sentido, o autor nos convida a pensar em uma educação planejada ao longo da vida, que possibilite ao indivíduo a decisão na busca pelo saber em todas as etapas do seu processo de inacabamento e busca constante por maturação.

Nesse caso a educação precisa ser repensada em seus aspectos gerais e específicos ao longo da formação humana, pois, ainda segundo Furter (1982, p. 74) “a educação é a primeira maneira de organização da temporalidade vivida, para que seja plena e autenticamente significativa”.

Tais noções de inacabamento e prematuridade encontrada em Furter (1982) são retomadas em Charlot (2000, p. 51), quando o mesmo nos convida a refletir sobre o fato de que nascer é o mesmo que estar submetido a aprender, esclarecendo que:

Aprender para construir-se, em triplo processo de “hominização” (tornar-se homem), de singularização (torna-se um exemplo único de homem), de socialização (torna-se membro de uma comunidade, partilhando os seus valores e ocupando um lugar nela).

Assim retomamos os princípios relacionais da EJA, que se amparam nos eixos das relações com os espaços onde atuam, com as pessoas com quem dividem esses espaços e com as formas de se construir parte integrante de tais relações.

Dessa forma, repensar a Educação de Jovens e Adultos frente a todas essas especificidades não se configura em uma tarefa fácil, porém também não se constitui algo impossível ou utópico. Podemos dizer que alguns desafios e estratégias podem ser associados rumo à concretização de um trabalho que considere o sujeito da EJA e suas particularidades.

3.3 Circularidade Cultural: Um desafio à EJA

Quando nos propomos a pesquisar a Educação de Jovens e Adultos e seus ciclos de alfabetização percebemos que um dos desafios necessários, e possíveis, nessa modalidade de educação é a circularidade cultural. E quando pensamos em circularidade cultural, inevitavelmente, retomamos a leitura do Ginzburg (2006) onde a circularidade cultural consiste em um movimento de influências entre a cultura das classes subalternas e classes dominantes.

Tal possibilidade da dinâmica de circularidade cultural possibilita aos campos da EJA uma educação que não proponha apenas as garantias de escolarização, mas o empoderamento de sujeitos populares em seu lugar no mundo, a partir de suas aspirações e possibilidades de acesso aos recursos monopolizados pelos setores dominantes da sociedade.

Destacamos que a divisão de classes em subalternas e dominantes existiu na Europa pré-industrial em um período histórico onde o conceito de cultura e classes populares ainda não eram bem claros. Mas o que é cultura? Muito se ouve falar e muito se discute sobre cultura, porém poucos estudos convergem na busca de uma definição comum que abrace toda a sua amplitude.

Para Ginzburg (2006, p. 12) “o termo cultura é utilizado para definir o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento das classes subalternas”, o que deu origem a definição de cultura primitiva e deu início às discussões sobre as relações de influências existente entre as classes dominantes e subalternas.

No Brasil, muito se discutiu sobre cultura e o que encontramos é um rastro avassalador de “aculturação” e “cultura transplantada” capaz de negar ao povo brasileiro a construção de cultura genuína, mas que para Couto (1995, p. 336):

Os cruzamentos étnicos de portugueses com ameríndias e negras, bem como entre as diversas variantes possíveis, contribuíram para criar uma sociedade fortemente miscigenada, do ponto de vista biológico, na qual os intercâmbios linguísticos, religiosos, técnicos, botânicos e zoológicos geraram uma cultura portadora de uma profunda originalidade.

Diante da originalidade na formação do povo brasileiro, expressada por Couto (1995), observamos o fortalecimento do conceito de circularidade cultural na EJA, no sentido dos desafios das influências recíprocas entre a cultura oral e os saberes sistematizados e planejados pela educação formal, de matriz portuguesa e europeia.

Recorremos ao Dicionário Larousse (2001, p. 262) em busca de uma denominação mais comum do conceito de cultura que procuramos para a nossa pesquisa, e dentro da amplitude dimensional do presente conceito, elencamos que cultura é “o conjunto de estruturas sociais e religiosas, etc. de manifestações intelectuais, artísticas, etc. que caracterizam uma sociedade”.

Entendemos então que cultura é tudo aquilo que faz parte do nosso cotidiano. E vai desde a forma como nos comunicamos (seja oralmente e/ou através da escrita) até as nossas escolhas mais singulares, como nossas crenças, hábitos alimentares, forma de construções como escolheu nos vestir, enfim, a cultura se encontra presente em todas as nossas ações diárias, se configurando uma ampla e importante definição para o entendimento das relações sociais que estabelecemos no nosso dia a dia.

Ainda segundo Ginzburg (2006), dinâmicas de influências recíprocas movimentam a cultura renascentista de cima para baixo com a entrada da educação hegemônica nas culturas populares, mas também deve realizar o movimento de baixo para cima, com o surgimento da imprensa e a circulação de livros nos meios populares.

A dinâmica da circularidade cultural nos remete a uma educação de Jovens e Adultos municipais inspirados nos círculos de cultura de Paulo Freire (1921-1997), que se configurava em espaços de trocas de experiências. Nas palavras de Brandão (2017, p. 69), os círculos de cultura eram espaços do diálogo com criação de consensos entre iguais e diferentes.

Para os campos da Educação de Jovens e Adultos o movimento da circularidade cultural tem nas rodas de diálogo um momento oportuno para a sua concretização. Fato que nos remete a Brandão (2017, p. 69): “o círculo é o símbolo mais adequado à lembrança das experiências de cultura e de Educação Popular, realizados no Brasil e na América Latina a partir dos anos 60.” Para o autor, era no momento do círculo que se efetivam as trocas de saberes e experiências individuais.

As noções de círculos também nos remetem ao trabalho participativo, ao diálogo e nos faz mergulhar nos movimentos infinitos das rodas presentes nas diferenças culturais expressadas pelos sujeitos da EJA.

Nessa dinâmica de lidar com as diferenças sociais e culturais em espaços que proponham a igualdade de expressão que se concretizem em falas que tragam

diferentes opiniões no intuito de chegar num consenso (ou não), surgem os círculos de cultura da equipe de Paulo Freire, que ainda para Brandão (2017, p. 69):

Era ponto de partida a ideia que apenas através de uma pedagogia centrada na igualdade de participações livres e autônomas seria possível formar sujeitos igualmente autônomos, críticos, criativos e consciente e solidariamente dispostos a três eixos de transformações: a de si- mesmo como uma pessoa entre outras; a das relações interativas em e entre grupos de pessoas empenhadas em uma ação social de cunho emancipatoriamente político; a das estruturas da vida social.

Frente ao direcionamento das ações do círculo de cultura pensado por Paulo Freire (1929-1997) e expressado nas palavras de Brandão (2017) percebemos a própria diretriz do trabalho freireano.

Portanto, para uma cidade de diferenças culturais como o Conde (PB), que apresenta em sua expansão territorial a presença de antigos quilombos, aldeias indígenas, novos assentamentos, ao passo que também apresenta um desenvolvimento econômico associado ao turismo rural e à industrialização, os espaços de trabalho letivo com alunos de EJA podem perfeitamente se pautar nos círculos de cultura Paulo Freire e na compreensão de circularidade cultural pensada por Ginzburg (2006) desde o início do Renascimento.

Para as especificidades apresentadas em cada território de saber, o desafio é o da construção de um currículo próprio que expresse a acuidade das vontades do povo, na roda e no diálogo constante. Tais relações de diálogo podem fortalecer os sujeitos da EJA no âmbito das relações que estabelecem com o saber, podendo atribuir um aspecto de sustentabilidade à demanda existente.

3.4 Diálogo com os Sujeitos da Pesquisa: Ações, críticas e Planejamento

No contato e no diálogo com os sujeitos da pesquisa encontramos alguns posicionamentos, e buscamos (nestes) validar os aspectos teóricos da investigação, manifestados através de pensamentos e falas acerca do assunto abordado durante os estudos e entrevistas.

Para esse momento, é importante esclarecer que no conceito de Educação Popular, extraído dos estudos de Brandão (2009), que adotamos no amparo às nossas investigações, a Educação Popular se localiza nos campos da reconstrução

social necessária à comunidade, transitando entre a proposta de emancipação dos sujeitos, a democratização e a justiça social.

Pensando assim, consideramos de extrema importância escutar os anseios, críticas e pensamentos que cercam os sujeitos envolvidos na pesquisa, tornando esta parte do trabalho de investigação umas das etapas mais importantes para a nossa pesquisa. Portanto, cercamos a etapa de análise das falas com todo cuidado necessário aos aspectos de rigor necessários.

Relembramos ainda, como já foi dito anteriormente, que a fase de levantamento e produção dos dados transcorreu frente a uma perspectiva freireana, sendo analisadas no decorrer do percurso pesquisado, para tais momentos utilizamos as anotações do Diário de Campo, entrevistas semiestruturadas e grupos focais como principais eixos de amparo.

Dessa forma, iniciaremos o nosso diálogo refletindo sobre uma maior possibilidade de materialização do Plano de Educação Municipal do Conde (PB)-2015-2025, frente às ações do poder local com comprometimento às metas e estratégias para a Educação de Jovens e Adultos. Trazemos a fala de Maria Arruda²⁰, educadora social e moradora, do antigo território quilombola de Mituaçu (em entrevista à nossa pesquisa) que ressalta:

[...] acho que a gente tá vivendo um ciclo mais de liberdade, um ciclo mais de as pessoas perceberem que elas podem falar o que pensam. Hoje isso tá começando a acontecer, mas durante muito tempo sempre teve isso, a gente teve durante 57 anos no município, uma gente que não trouxe essa relação da autonomia das comunidades, participação, em todos os processos de melhoria e de diálogo.

Lembrando que elencamos também como parte do poder local o movimento de forças contra hegemônicas, que corroboram para a descentralização do poder público e participação social, e assim percebemos na fala acima, que os princípios da participação social e descentralização do poder, se fazem presente frente aos anseios de participação da comunidade.

Também percebemos em outras falas da mesma entrevistada que a necessidade da educação formal e de uma proposta de Educação de Jovens e Adultos ao longo da vida, também faz parte dos anseios da população e das ações no poder local no município do Conde (PB) quando a mesma relata que:

²⁰ Usaremos nomes fictícios para preservar a identidade dos sujeitos entrevistados durante a pesquisa.

[...] Eu acho que isso também é um processo político. As comunidades, principalmente as mulheres, elas tinham uma relação muito com o cuidar da casa. Relação muito com você ter que se considerar a pessoa que cuida da casa, e o marido é quem sai para trabalhar. Tinha muito isso! E hoje não tem mais, né?! Pelo menos, na minha cabeça não tem! Então isso privava muito as mulheres da comunidade de estudar.

[...] Eu acho que assim, primeiro a gente tá vivendo hoje, no município, uma nova visão de mundo (eu percebo) não só da pessoa que está gestando hoje o município como da própria comunidade. Hoje a gente percebe que mais pessoas da comunidade estão na universidade, buscando cursos, dando o seu jeito e morando em outros lugares para se conseguir concluir um curso. Hoje na comunidade tem eu, mais uma prima minha que tá no curso de Pedagogia também, pelo PRONERA, tem mais três meninas que uma tá fazendo Matemática, a outra tá fazendo Gestão Pública, mesmo trabalhando em empresas ou em outros lugares: uma trabalha na Elizabete, outra trabalha em casa de família. Então assim estão fazendo um movimento para buscar essa formação. Né?!

[...]No caso de Mituaçu, hoje, as turmas de EJA estão bem lotadas, muita gente estudando. A gente fez um evento um dia desse e gente ia trazer toda a turma da EJA para participar do evento e tinha que ser 3 ônibus.

Dessa forma, constatamos o entendimento de que, com a evolução do município rumo ao seu desenvolvimento, seus moradores são mobilizados a acertar suas contas com o passado de direitos negados que lhes foi ofertado, regressando às salas de aula à procura dos momentos de associação da língua oral e escrita e/ou em busca de uma educação que lhes acompanhem ao longo da vida.

Com relação às ações do governo municipal no fortalecimento às ações do poder local e fomentação de espaços de participação social, encontramos na fala de Maria Arruda, o relato de que:

[...] Eu percebo que existe um diálogo porque a gente fez um encontro lá, em julho, que juntou a secretaria de educação, juntou o posto de saúde, juntou as lideranças comunitárias, e a gente fez uma roda para planejar uma ação coletiva que foi a ação do dia de referência à mulher negra.

Ainda segundo a educadora social, tais momentos são organizados pela atual gestão municipal no intuito de ouvir os anseios da população, entender as suas necessidades e traçar rotas para possíveis soluções dos problemas da comunidade com relação à saúde, infraestrutura, educação e outros.

Recorremos aos estudos de Fischer (1992), esclarecendo que para compreender a essência do poder local, é necessário entender que este se forja nas relações que demarcam o poder entre os diferentes grupos sociais. É no momento

do diálogo e nas rodas de debates que se manifestam a fala e a escuta numa dinâmica mais clara de relações entre grupos de diferentes esferas de uma mesma sociedade.

Dentro desse contexto, com relação ao Plano Municipal de Educação do Conde (PB)- 2015 a 2025, registramos no relato da senhora Maria Pontes, Coordenadora do Plano Municipal, que:

[...] O Plano Municipal foi construído por uma equipe da secretaria, e algumas professoras e pessoas da comunidade também foram convidadas. Inicialmente, nós tivemos uma dificuldade muito grande em reunir essas pessoas, porque essas pessoas começaram a vir, mas ao longo do processo a gente tinha que ficar buscando essa participação.

Nessa fala é possível encontrar resquícios de uma possível busca pela descentralização do poder, participação social e o incentivo pela ação do poder local no momento de pensar e planejar as ações do Plano Decenal de Educação do Município, bem como as metas e estratégias para a modalidade de educação da EJA. Em contrapartida, na mesma entrevista, a coordenadora acrescenta:

[...] Então foi o que a gente tentou fazer, né!? Reunir as pessoas envolvidas com a educação, a comunidade local, mas a gente sentiu muita dificuldade. Porque as pessoas, ao meu ver, muitas vezes elas não entendem a importância que se tem esse Plano Municipal, porque é através dele que a gente vai poder conduzir a educação do município. Então, as pessoas não têm essa noção e não se comprometem como deveriam. Então foi um processo difícil, mas conseguimos.

Nessa proposta de descentralização das responsabilidades e jogo de poder local, depois de planejado, o Plano Municipal de Educação do Conde (2015-2025), passou por várias plenárias na Câmara de Vereadores Municipal, sofrendo alguns vetos e modificações até conseguir ser aprovado. Por esse motivo a coordenadora fez uso da expressão “foi um processo difícil, mas conseguimos”.

Ao ser questionada sobre as metas e estratégias planejadas para a Educação de Jovens e Adultos, a coordenadora diz enxergar alguns avanços e aponta que isso se faz presente “principalmente no que diz respeito à formação de professores. Porque a formação está acontecendo”.

Aponta também o Projeto Conde Alfabetizado, por entender a proposta do projeto como fomento a uma possível demanda aos anos iniciais da EJA, referentes aos ciclos I e II. Nesse sentido a mesma expõe:

O “Conde Alfabetizado”, ele veio para dar sequência ao “Brasil Alfabetizado”, que nós não tivemos recursos. Então, foi uma proposta da gestão, junto ao pedagógico aqui da secretaria pra que essas pessoas não ficassem fora e que elas pudessem ser contempladas de alguma forma. Então foi um compromisso assumido pela gestão pra que desse continuidade e eu vejo que está dado certo, apesar de pouco tempo, mas existem as formações, nós temos acompanhado o desempenho das pessoas que estão com as turmas e eu acredito que vai ser uma forma de levar mais alunos para a EJA.

Ainda com relação ao Projeto Conde Alfabetizado, ao investigar o mesmo como possível fomento de demanda às turmas de EJA do município do Conde, somos contemplados quando a Coordenadora do Projeto, a senhora Maria Luna, ressalta que “o Projeto Conde Alfabetizado surge da necessidade do gestor erradicar, ou pelo menos minimizar, essa questão do número muito alto de adultos e jovens minimamente alfabetizados que temos no município do Conde”, e esclarece:

[...] O período de estudos é de 6 (seis) meses, com 3 horas de aulas diárias. Eles estão em sala de aula desde 1 (um) de agosto, e vão até fevereiro. Porque ele foi planejado para o pessoal que concluir já ser matriculado na modalidade EJA, ciclo I.

Observamos que o Projeto Conde Alfabetizado foi construído frente a uma proposta de descentralização de responsabilidades e participação da sociedade civil, com realização de chamadas públicas, audiências para a sua aprovação e concurso público para a escolha dos seus alfabetizadores.

A proposta do Projeto Conde Alfabetizado nos chamou a atenção pelo fato de encontrarmos em seu território o momento da aquisição da leitura e da escrita, ocorrendo assim, nesse momento a associação da língua oral e escrita, fato que diante do nosso entendimento, contribuem para o aumento dos índices de alfabetização de jovens e adultos apresentados pelo município do Conde e expressados anteriormente pelas nossas investigações.

Dentre os aspectos mais pertinentes à pesquisa, apontamos para a proposta de fomento de demanda e matrícula dos alunos foi realizada com a “busca ativa” dos alunos pelos alfabetizadores que foram selecionados através de concurso público e incumbidos de formar suas turmas na sua comunidade de origem, cumprindo assim com uma das orientações do Documento Preparatório para VI Conferência Internacional da EJA (BRASIL, 2009, p. 39):

A mobilização deve ser feita por chamada pública para matrícula pelo convencimento da população. O poder público, articulado com lideranças sindicais, religiosas e associativas e de movimentos sociais promove a criação de espaços pedagógicos para o acolhimento de filhos de pais e mães trabalhadores.

Nesse sentido a mobilização se realiza através do contato e do diálogo com os alunos e tal ação se efetiva pelo envolvimento e participação de diferentes atores sociais. Da mesma forma, deve ocorrer o acompanhamento das ações pedagógicas com formação continuada para os alfabetizadores e acompanhamento dos índices de desenvolvimento das turmas.

O Projeto traz consigo muitas perspectivas de melhorias pedagógicas e ampliação de alcance das suas ações de busca de fomento de demanda, a exemplo da parceria com as empresas e indústrias locais, no intuito de transformar a demanda potencial da EJA do município do Conde (PB), em demanda real.

Fato que também nos remete ao Documento Preparatório para VI CONFINTEIA (BRASIL 2009, p. 59) que nos traz a proposta de “fomentar o mapeamento, pelas empresas e órgãos públicos, de trabalhadores/servidores que constituem potencial demanda à EJA, incentivando parcerias para a oferta de escolarização”.

Tal forma de buscar ativamente a demanda da EJA amplia as possibilidades das ações do poder local, do diálogo, do contato direto com a demanda potencial, do convencimento e dos aspectos relacionais.

Durante todo o processo de investigação e contato com os sujeitos da pesquisa, ora de forma prática, ora de maneira teórica, foi possível observar os aspectos relacionais presentes nos processos educacionais da EJA. Seja durante os diálogos com a equipe técnica da secretaria de educação, seja com os alunos do projeto Conde Alfabetizado durante a realização dos grupos focais.

No tocante ao diálogo com a equipe técnica da EJA, do Plano Municipal de Educação e do Projeto Conde Alfabetizado, percebemos uma relação com a EJA, fato que transborda sentimentos e mobiliza a prática educativa dos sujeitos, e o desejo de consolidação das metas e estratégias traçadas para a EJA, no âmbito do PME/Conde-PB (2015-2025). Observemos a fala da coordenadora da EJA local, Maria da Luz:

É você entrar numa sala de aula e um senhor de 50 anos, 60 anos, chegar pra você e dizer “eu antes pegava um ônibus e passava o dia inteiro para chegar aqui no Conde porque eu não sabia ler e pela minha idade eu tinha vergonha de perguntar às pessoas que ônibus era aquele. Eu ia pela cor dos ônibus e muitas vezes eu errava. Sai de manhã e só chegava à noite em casa. E hoje eu sei ler, eu pego o meu ônibus, não preciso que ninguém me diga. Então essa é uma alegria que não tem nada que pague. Uma recompensa que não tem nada que pague.

Seguida da fala da coordenadora Maria Da Guia:

Então a minha grande paixão é essa, é entrar na escola e ver as capacidades que esse aluno tem de ser sujeito mesmo, no seu campo de trabalho, como pessoa, e a gente enxergar ele como tal e fazer ele se enxergar e se valorizar. É muito apaixonante essa situação!

Acrescentando ainda que Slogan da EJA durante o trabalho de coordenação das duas é: “EJA, um pacto de Amor”, uma frase que expressa para elas todo um trabalho de dedicação e comprometimento por parte da gestão e da equipe de coordenação.

Porém, frente aos aspectos observados, se torna necessário que a sociedade civil organizada se mobilize no sentido de impulsionar, apoiar, ou se contrapor às ações da gestão municipal para que o direito a uma educação de qualidade seja garantido à população local e os princípios do poder local em movimento se efetive no âmbito municipal.

Ao pensar nos grupos focais, e resgatar o momento das falas que estão expressas nas transcrições dos áudios produzidos, percebemos que nunca é possível a transcrição do sentimento contido no olhar e nos gestos daqueles que tem a oportunidade de regressar à sala de aula e realizar o sonho de aprender a ler e a escrever.

Sonhos de pessoas que, por motivos diversos, tiveram que conter os seus planos de escolarização e hoje retomam os estudos na certeza de que ainda são capazes de aprender e de seguir na esperança da construção de novos conhecimentos. Percebemos nas falas dos alunos e alunas do Projeto que existe o objetivo de aprender a ler e a escrever, a exemplo da fala de Maria Raquel:

Estou aqui para aprender mais um pouquinho, sei assinar o meu nome, mas quero aprender mais, porque é bom a gente saber ler porque quando precisa ir a um médico, quando ele passa um exame, pra gente saber ler e não ta perguntando. Quando precisa esperar um ônibus, já pega aquele ônibus certo, já não vai ta perguntando.

Seguida pela fala da aluna Atília Maria:

[...] quero estudar mais ainda, porque enquanto mais a gente estuda, mais aprende, né?! Aí voltei a estudar de novo! Pra aprender... e a professora ali também é muito boa, né!? Sabe ensinar. Gosto muito dela e gosto de todos aqui!

Nessa segunda fala percebemos os aspectos relacionais presentes entre a aluna, os colegas de sala, e a professora e isso nos remete a Charlot (2000, p. 34), ao esclarecer que “a relação com o mundo depende da relação com o outro e da relação consigo.” Ainda de acordo com Charlot (2000), as questões que envolvem o “gostar” são de cunho epistemológico e de identidade, e impulsionam o desejo do desejante ao regressar e permanecer em sala de aula.

Nesse sentido temos o trabalho de dissertação “EGRESSOS DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO: desafios sobre continuidade de escolarização em EJA no Município de Conde/PB”, defendido por Arilu da Silva Cavalcante, que nos ajuda a refletir sobre o processo de continuidade dos alunos que concluem o Programa Brasil Alfabetizado e ingressam na EJA. Ao pensar no desejo, Cavalcante (2012, p. 54) afirma que:

Os desejos, quando atingidos, podem produzir uma perda do sentido de continuidade dos estudos. Por exemplo: ler a Bíblia, tirar a habilitação de condutor de veículo, receber, sem ajuda, o pagamento no banco. Os motivos que os impulsionam a ir à escola precisam ser compreendidos com mais atenção. A continuidade que esperam do ambiente escolar é, muitas vezes, diferente da de outro adulto ou de um jovem.

Concordamos com a autora no que se refere à adoção de um olhar apurado frente às subjetividades dos motivos mobilizadores da continuidade, talvez ao compreender o que cada aluno espera do ambiente escolar, possamos traçar ações mais eficazes no apoio à permanência da demanda na Educação de Jovens e Adultos.

Os desafios da continuidade também são expressados por Cavalcante (2012, p. 66), quando esta aponta que “o número baixo de matrícula e a não continuidade dos estudos caracterizam fragilidade, portanto, é necessário situar a EJA como prioridade na política nacional de educação, através de novos olhares”.

Com isso, refletimos sobre a recorrente afirmação trazida por nossa pesquisa que coloca em palco as ações do poder local na consolidação das metas e

estratégias para os campos da EJA, em nível municipal, com foco nos ciclos de alfabetização.

Ao pensar em continuidade percebemos na fala da aluna Maria Navegante a afirmação de que a mesma pretende dar continuidade aos estudos, “mas se tiver professora à tarde porque a noite é muito esquisito”. Dessa forma, se torna importante a observação das orientações do Documento Preparatório para a VI CONFINTEIA (BRASIL 2009, p. 53):

Diversificar o calendário escolar de acordo com necessidades regionais, na organização da oferta de EJA, garantido no projeto político-pedagógico e no regimento, horários diversificados e flexíveis — turnos matutino, vespertino e noturno, desvinculando o ano letivo do ano civil, atendendo a diversidade de demandas existentes na sociedade e possibilitando o acesso de todos à educação, a permanência e o sucesso nas trajetórias escolares, pelo respeito aos tempos dos educandos de EJA.

Nesse sentido a ação de um poder local na busca por uma oferta de turmas de Educação de Jovens e Adultos que garanta direitos já consolidados, em âmbito documental, se torna necessário. Acrescentamos ainda que, tal proposta também se faz presente e já se consolida no âmbito do projeto e nas turmas de EJA, já que o município do Conde (PB) oferta a EJA em horários diversificados.

Nos campos das possibilidades, a oferta de EJA, nas comunidades rurais, com uma maior dificuldade de acesso aos espaços docentes, temos como exemplo, as orientações do Documento Preparatório para a VI CONFINTEIA (BRASIL 2009, p. 51):

Assegurar as diversidades regionais e locais das populações nos projetos político-pedagógicos, bem como garantir acesso, permanência e continuidade de estudos a populações isoladas geograficamente dos centros urbanos.

Com relação ao exemplo do que observamos em visita a Mituaçu, e em entrevista aos alunos e alunas do Projeto Conde Alfabetizado, onde se observa um desejo de continuação, mas também se observa as dificuldades de acesso à escola local onde a EJA é ofertada. Fato que pode colocar em risco o desejo de continuidade.

Os aspectos referentes à aprendizagem se encontram intimamente ligados ao móbil do desejo e ao ato de gostar, e agem diretamente nas atitudes de

permanência do aluno, e da aluna, em sala de aula, porém apontamos para a observação de que tais aspectos não bastam para garantir a continuidade, é preciso observar também o lugar da Circularidade Cultural e a efetivação de tal metodologia de roda de diálogos frente às vivências dos sujeitos em sala de aula.

Segundo Brandão (2007, p. 69), os Círculos de Cultura, com proposta de trabalho freireano, tem a sua metodologia pautada na participação consciente, onde tais “experiências guardam em comum um desejo de dissolução de modelos hierarquizados antecedentes e de democratização da palavra, da ação e da gestão coletivizada e consensual do poder”.

Ao ser questionada sobre a questão do incentivo à cultura, a educadora social Maria Arruda diz que percebe:

[...] que eles estão usando muito essa questão das ferramentas de incentivo, por exemplo, eu vejo eles utilizando o cinema, que é uma coisa que traz muito essa questão da reflexão. Essa questão do puxar esse processo de formação, que eu acho que é uma coisa de princípio mesmo. E eu também vejo essa relação cultural forte no que passa pela questão do compromisso mesmo que eu percebo das educadoras, que são da comunidade [...]

Também se percebe o compromisso com a circularidade cultural quando observamos as formações continuadas destinadas aos educadores dos anos iniciais de EJA, onde focaram as nossas observações. Em anotações de Diário de Campo encontramos:

A formação teve como tema os Pilares da Educação de Jovens e Adultos e trouxe como referência a metodologia freireana [...] a formação seguiu com uma reflexão sobre a tradição oral do povo do Conde, pensando na diversidade territorial do município e valorizando os saberes de tradição oral de cada localidade [...] foram encaminhadas atividades de roda de conversa e plenárias com os temas voltados à violência, violência doméstica, cidadania, trabalho, saúde, meio ambiente, turismo ecológico, política, perda de direitos trabalhistas, memórias e agricultura.

As constatações seguem pelas observações a Formação Continuada dos alfabetizadores do Projeto Conde Alfabetizado, frente às atividades pesquisadas, sugeridas às aulas, bem como, frente à realização de atividades culturais com a participação dos alfabetizando e alfabetizandas.

E se consolida nas atividades realizadas em sala de aula, que se constata através da fala de Maria do Céu, Alfabetizadora do projeto:

Eu gosto muito de trabalhar com a música popular. Por exemplo: com Luiz Gonzaga, que é o que eu mais trabalho e eu já trago justamente porque é

um saber deles, é algo que eles já estão envolvidos. Gostam! E aí, eu trago para a sala de aula.

Observamos durante o contato com os alunos e alunas do Projeto Conde Alfabetizado que estes apresentam preferências bem peculiares por disciplinas como matemática e português, que trazem uma proposta de contato direto com os cálculos e a leitura, necessários à rotina diária enfrentada no mundo social.

E isso se faz presente na fala da aluna Maria Navegante, quando a mesma relata que gosta de “estudar de tudo um pouco, se a gente não souber tem a professora que ensina a gente, e a gente se ajuda também quando um não sabe e o outro sabe”.

E segue pela fala da aluna Maria Dulce, com a afirmação de que gosta “de estudar matemática, quando a gente não sabe, a gente pergunta à professora e quando eu sei, eu ajudo os meus colegas. Eu sei ler mais, aí dou uma ajudinha a eles”.

Nas falas acima, observamos os gostos e preferências por disciplinas e estudos específicos, que expressam o desejo de aprender a ler, escrever e realizar cálculos, bem como os aspectos relacionais já expressados neste e em outros trabalhos de pesquisa.

Porém, ao continuar o diálogo com os alunos e alunas do projeto Conde Alfabetizado também percebemos as diferenças culturais existentes entre eles e elas, referentes ao lugar que cada um deles ocupa no mundo.

Vejamos alguns depoimentos:

“É o seguinte, eu estou aqui há 28 anos, nasci em Alagoa Grande. Vim pra cá em 90. Vim pra uma propriedade (terras), o dono me indenizou, comprei uma casinha e estou aqui há 28 anos. Gosto demais daqui. O Conde é uma cidadezinha boa...” (Sr João Ferreira)

“Porque na época que eu era mocinha nova, fui criada com a minha avó e ela não me deixava estudar. Mas eu sempre gostei. Minha avó queria que eu trabalhasse para ela. E eu não estudei quase nada. Quero desenvolver mais a escrita, porque só sei ler.” (Sra. Piedade da Silva)

“Eu sou agricultor e pescador e o cansaço do trabalho é o meu desafio pra poder vir pra escola. [...] Eu mesmo, quando eu era pequeno, eu não estudava porque não tinha condições. De primeiro, esse negócio de aula era muito difícil pra gente, porque a gente trabalhava na roça pra ajudar os pais, aí não tinha tempo de estudar e agora depois de velho eu voltei a estudar! Vê se aprendo alguma coisa!” (Sr. João Almeida)

“Armo ratoeiras pra pegar caranguejo no mangue e vendo na feira livre”. (Sra. Aparecida Silva)

“Sou dona de casa, cuido das minhas filhas e trabalho de doméstica”. (Sra. Sofia Arruda)

Na apresentação de gostos e preferências por atividades como corte, costura, pesca, cozinha, comércio, entre outros, aparece o caminho das atividades que se deve planejar com base nos processos de circularidade cultural e nas rodas de diálogos inspiradas pelo trabalho de alfabetização.

A esse respeito, encontramos na fala da coordenadora da EJA municipal, Maria da Guia:

Conseguimos, por exemplo, uma formação continuada que iniciamos em julho e vai terminar agora em dezembro. Minha formação, eu sou Pedagoga, tenho área de aprofundamento em Jovens e Adultos, sou psicopedagoga, e sou eternamente curiosa e estudo as demandas, os anseios e essas inquietações que a Educação de Jovens e Adultos pede que a gente sempre esteja buscando.

E, ao participar de um dos encontros de formação, percebemos uma proposta metodológica que buscava fomentar durante as aulas da EJA a participação ativa dos alunos e alunas, no sentido do planejamento do roteiro de estudos mais interessantes a ser seguido.

Tal proposta tinha como ações a realização de assembleias em sala de aula onde os jovens e adultos sugeriam temas a serem debatidos nas aulas e elegiam através do voto democrático os temas mais pertinentes ao momento de estudos.

Alguns temas foram registrados em diário de campo da pesquisa, tais como, violência, violência doméstica, cidadania, trabalho, saúde, turismo ecológico, meio ambiente, memórias, política, agricultura, políticas educacionais, políticas públicas, políticas sociais, perda de direitos e respeito.

Segundo informações fornecidas pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, no âmbito da coordenação da EJA, a formação continuada é realizada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Humano e Social (IBRADHES), e na ocasião da nossa presença, teve como tema “Os Pilares da Educação de Jovens e Adultos” e traz como referência a pedagogia de Paulo Freire.

Embrehados na investigação e na análise desse esforço coletivo, ao qual identificamos como iniciativa do poder local em movimento, encontramos no município do Conde (PB) alguns dados informados ao Censo com relação ao ano de 2018 (dois mil de dezoito) que consideramos significativos à pesquisa:

ANO/ CICLO	MATRICULA	SEGMENTO	TAXA DE REPROVAÇÃO	TAXA DE ABANDONO
2014	661	1º Segmento	31%	41%
		2º Segmento	24%	47%
2018	917	1º Segmento	20%	49%
		2º Segmento	22%	52%

De acordo com a tabela acima, observamos que a demanda da EJA no município do Conde (PB) cresceu. Apontamos um número de 917 alunos matriculados, sendo 174 matrículas no ciclo I, 164 no ciclo II, 326 no ciclo III e 253 no ciclo IV, ou seja, 338 alunos no primeiro segmento e 579 alunos no segundo segmento.

O índice de reprovação diminuiu, já que, com base no mesmo período, é de 20% no primeiro segmento e 22% no segundo segmento. Porém, em contrapartida, a taxa de abandono por ciclos aumentou, sendo de 49% para o primeiro segmento, 52% para o segundo segmento.

Com relação a esse ponto, colocamos como possibilidades a proposta de ampliação do alcance do Projeto Conde Alfabetizado que ainda carece de observações e análises dos seus possíveis resultados. Da mesma forma apontamos que o Plano Municipal de Educação do Conde (PB) tem até 2025 para a concretização de todas as suas metas e estratégias, exigindo do poder local um esforço coletivo no âmbito da Educação de Jovens e Adultos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de refletir sobre os caminhos trilhados pela pesquisa e analisar os resultados alcançados frente ao esforço presente em seu delinear, pensamos necessária a presença de algumas considerações que expressem seus aspectos teóricos, no momento do encontro com a prática.

Inicialmente, se torna necessário esclarecer que, consideramos a importância da materialização do Plano Municipal de Educação para a efetivação das ações necessárias a garantia do direito a Educação de Jovens e Adultos, já que enxergamos o PME como centro das políticas educacionais destinadas ao município.

Simultaneamente, evidenciamos para este momento a importância do encontro da linguagem oral e da escrita, presentes nos processos de alfabetização e letramento que se vinculam aos ciclos de alfabetização, e se associam, como alguns fatores, relacionados aos aspectos de permanência e continuidade na EJA. Apontamos que tais momentos basilares fazem parte das raízes presentes entre os alunos e as relações que estes irão estabelecer com o saber sistematizado.

Consideramos também o Plano Municipal de Educação como central para a efetivação das metas traçadas para a Educação de Jovens e Adultos, uma vez que o território municipal se encontra mais próximo ao povo e suas raízes.

Destacamos para esse momento de efetivação do Plano Municipal de Educação as influências do movimento que envolve o poder local (sociedade civil e gestão municipal) e seus aspectos de descentralização de poder e mecanismos de participação social para materialização de metas e concretização de estratégias.

As ações do poder local se tornam essenciais na efetivação do direito à oferta de uma educação de qualidade para a Educação de Jovens e Adultos de um município, pois acreditamos que o movimento de participação social consciente deve estar presente na proposta curricular da EJA municipal.

No âmbito mais amplo da nossa pesquisa, podemos apontar outros municípios que vem se destacando no trabalho de materialização das metas do Plano Municipal de Educação para o período de 2015 a 2025 e no tocante ao poder local em movimento necessário ao trabalho com a EJA, legitimando a importância da sociedade civil organizada no impulso das ações governamentais.

Podemos apontar que o levantamento histórico dos processos de afirmação da EJA como modalidade educativa nos permitiu rememorar todo o percurso da Educação de Jovens e Adultos, para se firmar como modalidade educacional, bem como nos possibilitou a reflexão sobre a invisibilidade que a EJA enfrenta no atual momento histórico e político.

Também constatamos, durante nossas investigações, a ausência de continuidade das ações previstas nos Planos de Educação Nacional, por falta de financiamento e enxergamos uma incorporação das suas metas e estratégias nos Planos Municipais de Educação, fato que tornou o município um campo fecundo à materialização dos Planos e direcionou o nosso olhar ao poder local.

Porém é necessário esclarecer que o município só se torna um campo frutífero às ações do PME, principalmente como pensamos na Educação de Jovens e Adultos, se houver um movimento de poder local comprometido com as suas raízes e com o seu povo.

Assim enxergamos que os inúmeros avanços alcançados pela EJA, e pela a Educação Popular, ao longo da história, teve início nos movimentos de bases, com a devida inversão de forças, iniciadas de baixo para cima, dessa forma, sinalizamos a necessidade de um novo movimento de impulso que parta da base para o topo, e indicamos a materialização dos Planos Municipais como parte da concretização desse movimento.

A escolha do Município do Conde (PB), como *lócus* da nossa investigação, se deu em meio ao delinear da pesquisa, por enxergamos ali as características necessárias ao comprometimento com a EJA, esperado pelo nosso trabalho de pesquisa, por conta das nossas análises aos altos índices de adultos minimamente alfabetizados apresentados pela cidade.

Assim, foi necessária a dedicação a dois pontos importantes, que deram origem aos nossos objetivos específicos, e que nos conduziram na busca pela compreensão das características inerentes aos processos de enraizamento do compromisso do poder local em espaços de Educação de Jovens e Adultos, bem como, no alcance do entendimento das ações desenvolvidas pela rede de educação do Conde (PB) no âmbito do PME (2015-2025) com comprometimento com a educação de Jovens e Adultos.

Para entender as características inerentes aos processos de enraizamento do compromisso do poder local em espaços de Educação de Jovens e Adultos, estudamos o Plano Municipal de Educação do Conde/PB (2015- 2025), suas metas e estratégias, assim como, os sujeitos da EJA, e constatamos um PME em movimento, com algumas metas consolidadas e outras em andamento.

No decorrer dos nossos estudos, e em diálogo com os sujeitos da pesquisa, constatamos um poder local em um movimento de oferta e demanda para a EJA, fato que comprovam os indícios encontrados no caminho da pesquisa, que sinalizavam para um compromisso com a escolarização do povo do Conde (PB).

Pois, é pensando na continuidade da EJA em âmbito municipal, que chamamos a atenção para o fato de que ao nível de Ensino Médio, o município do Conde (PB) só oferta esta modalidade na Escola Estadual João Vinagre, que atende a 295 alunos na Educação de Jovens e Adultos. Fazendo uma comparação ao número de escolas e alunos municipais, sentimos uma espécie de afunilamento que expressa uma impossibilidade no aspecto da educação ao longo da vida.

Nessa dinâmica de fomento da demanda, e do projeto de continuidade, ingressamos no nosso segundo ponto de observação, que buscou o entendimento das ações desenvolvidas pela rede de educação do Conde (PB) no âmbito do PME (2015-2025) com comprometimento com a educação de Jovens e Adultos.

Encontramos, então, o Projeto Conde Alfabetizado que traz em seus fundamentos uma proposta de busca ativa por jovens e adultos minimamente alfabetizados, pautada no diálogo e no convencimento de sujeitos em busca do desejo de ajustes em suas relações com o saber escolar.

Com base nos sujeitos que encontramos inseridos no Projeto Conde Alfabetizado, evidenciamos os processos de construção que os alunos estabelecem com o saber encontrado nas salas de aula e constatamos que, se essa base não for construída de maneira sólida (com raízes profundas), talvez tal aspecto possa colaborar para que o aluno não se sinta seguro em seguir por uma educação ao longo da vida.

Enxergamos no referido projeto uma proposta de efetivação que nos remete ao modelo do Projeto Brasil Alfabetizado (PBA), que teve seus objetivos de alfabetização fracassados, porém, talvez o Projeto Conde Alfabetizado mereça a nossa atenção frente aos seus possíveis resultados, já que, apostamos no movimento do poder local como impulso à melhores resultados.

Tais constatações se amparam nos diálogos com os sujeitos da pesquisa, momentos quando se tornou possível enxergar o inacabamento humano, defendido por Freire (1921- 1997), ao ouvir os depoimentos dos alunos diante das novas aprendizagens. Nesse mesmo momento, pudemos também constatar, através das falas dos alunos do projeto as suas preferências por saberes específicos, fato que nos leva a entender que suas relações com o saber já começam a se alicerçar.

Percebemos ao conversar com os alunos o sentimento de certeza pela continuidade, porém também foi possível observar que tal sentimento acaba se entrelaçando com as apostas que se faz para o futuro próximo, que acabam envolvendo as especificidades locais referentes à qualidade da efetivação na oferta da EJA, ou seja, horário de oferta da modalidade, localização e forma de acesso às escolas, dentre outros.

Encontramos também um poder local comprometido em ofertar e garantir um receber de uma formação continuada de qualidade aos professores da EJA, no intuito de apoiá-los em suas atividades didáticas cotidianas, visando aguçar, dentro desse cotidiano, uma prática letiva diária voltada aos aspectos de vida e de diversidade cultural dos jovens e adultos da cidade.

Nas nossas observações referentes à Formação Continuada encontramos um trabalho de parte da pesquisa, cujo material pesquisado e levado para sala de aula busca fortalecer a circularidade cultural necessária ao aluno (e a aluna) da Educação de Jovens e Adultos.

Com isso constatamos a legitimidade da adoção de aulas inspiradas na circularidade cultural, com base nos círculos de diálogos freireanos, um trabalho voltado para o universo vocabular dos alunos oferece maiores possibilidades de êxito na alfabetização de adultos, traçando um itinerário por suas raízes e possibilitando a construção sólida nas suas relações com o saber.

Dessa forma, acreditamos que, um aluno que constrói as suas relações com o saber, tendo como base as raízes profundas buscadas na sua cultura e nos seus saberes orais, são alunos seguros do seu processo de permanência e continuidade da EJA e da educação ao longo da vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1978. V.I. p.198-224.

ALMEIDA. **Elaboração de Projetos, TCC, dissertação e tese**: uma abordagem simples, prática e objetiva. São Paulo: Atlas, 2011.

BEZERRA, Aída. Atividades em Educação Popular. In: **A Questão Política da Educação Popular**. Org. Aída Bezerra, Carlos Rodrigues BRANDÃO, Editora Brasiliense, 2ª edição, 1980.

BORDIGNON, Genuíno. **Educação ao Longo da Vida**: reconhecimento e certificação de saberes. Coletânea de textos CONFINTEA Brasil+6: tema central e oficinas temáticas / Organizado por Paulo Gabriel Soledade Nacif, Arlindo Cavalcanti de Queiroz, Lêda Maria Gomes e Rosimere Gomes Rocha. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. -- Brasília : MEC, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Círculo de Cultura. In: STRECK, Danilo R. REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura rebelde**: escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação popular).

BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano. **Perfil do Município do Conde (PB)**, 2013. Disponível em http://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013_perfil_conde_pb.pdf. Acessado em 01 out. 2018.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 nov. 2015.

BRASIL. Decreto Nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que institui a **Política Nacional de Alfabetização** nos Estados, Distrito Federal e Municípios. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm. Acessado em: 17 de julho de 2019.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF: Senado, 2000.

BRASIL. **Lei 11.494/2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11494.htm>. Acesso em: 08 nov. 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 8. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

BRASIL. **Medida Provisória Nº - 746, de 22 de setembro de 2016.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acessado em: 04 de out de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Coletânea de textos CONFINTEA Brasil+6: tema central e oficinas temáticas** / Organizado por Paulo Gabriel Soledade Nacif, Arlindo Cavalcanti de Queiroz, Lêda Maria Gomes e Rosimere Gomes Rocha. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. -- Brasília : MEC, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA)** / Ministério da Educação (MEC). – Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **O Plano Municipal de Educação: Caderno de Orientações.** Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_pme_caderno_de_orientacoes.pdf>. Acesso: em 25 set. 2019

BRASIL. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 Linha de base.** Disponível em: <file:///C:/Users/Saude/Downloads/1443615267PNE__Plano_Nacional_de_Educacao__SITE.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

CAVALCANTE, Arilu da Silva. **EGRESSOS DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO:** desafios sobre continuidade de escolarização em EJA no Município de Conde/PB. 2012. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal da Paraíba, PB.

CAVALCANTI, Maria Helena Pereira. Uma História do Conde. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB 1996.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

CONDE. Secretaria Municipal de Educação de Conde. **Plano Municipal de Educação.** Conde, 2017.

CONFINTEA. Conferência Internacional sobre Educação de Adultos. **Declaração de Hamburgo:** agenda para o futuro. Hamburgo: Unesco, 1997.

COUTO, Jorge. **O povoamento do Continente Americano.** Colecciones MAPFRE. Portugal y La Construcción de Brasil.Editorial MAPFRE, Madrid. Edições Cosmos, Lisboa, 1995.

CRESWELL, Jhon W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa escolhendo entre cinco abordagens.** Tradução: Sandra Mallmann da Rosa; revisão técnica : Dirceu da Silva. – 3ª Ed. – Porto Alegre: Penso, 2014, 341 p.

CRESWELL, JhonW. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. Tradução: Magda Lopes; Consultoria, Supervisão e Revisão Técnica desta edição: Dirceu da Silva. 3ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009**. Questões Estruturais e Conjunturais de uma Política. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/03>>. Acesso em: 16 agosto. 2016.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Durmeval Trigueiro**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 158 p.: il. – (Coleção Educadores).

FISCHER, Tânia. **Poder local: um tema em análise**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 4, 1992, p. 105-113.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogiada Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FURTADO, Quézia Vila Flor. **Jovens na educação de jovens e adultos: produções do fracasso e técnicas de resistência no cotidiano escolar**. João Pessoa: editora do CCTA/UFPB, 2015. 262 p.

FURTER, Pierre. **Educação e Reflexão**. 13ª edição. Petrópolis: Vozes, 1982..

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da Pesquisa em Educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007. 87 p.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local: Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa**. Tradução de Vera Mello Joscelyne – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GINZBURG, Carlo. Mitos, **Emblemas e Sinais: morfologia e história**. São Paulo Cia da Letras. 1989. P.143-79.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo, Cia da Letras, 2006.

GONÇALVES, Luiz G. **Relatório Pós-doutorado: FORMAS INVENTIVAS DE TRANSITAR PELO MUNDO: Uma Contribuição dos Saberes e Práticas Populares no Brasil**. UNISINOS. PPGE, São Leopoldo, 2011.

GONÇALVES, Luiz Gonzaga. **Observação Leiga e Educação Popular: Curiosidade e Cientificidade pelas Vias do Paradigma Indiciário**. Santa Rita: SEDIC Gráfica e Serviços, 2019. 196 p.

GRAY, David E. **Pesquisa no Mundo Real**. Tradução: Roberto C. Costa. Revisão Técnica: Dirceu da Silva. 2ª Edição. Porto Alegre: Penso, 2012.

HANNOUN, Hubert. **Educação: certezas e apostas**. São Paulo: UNESP, 1998.

HERCKMANS, Elias. **Descrição geral da capitania da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1982. Documento para avaliação.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Disponível em <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso: 25 de jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Cidade do Conde (PB)**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/conde/panorama>>. Acesso em: 23 de jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/conde.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

LAROUSSE, Ática. **Dicionário da Língua Portuguesa** – Paris: Larousse. São Paulo: Ática, 2001.

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova 1932. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf>. Acesso em: 27 de jun. de 2018.

MENDES, Durmeval Trigueiro. Indicações para uma Política da Pesquisa da Educação no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 60, n. 136, p. 481-495, out./dez. 1974.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

MORETTI, CheronZanini. **Dicionário Paulo Freire**. Org. STREK Danilo R., REDIN Euclides, ZITKOSKI, Jaime José.- 3ª edição. 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SENA, Flávia Sousa. A Escola Tradicional na minha Relação com o Saber: Memórias de Obediência e Transgressão. In SANTOS, Patrícia Fernanda da Costa; SENA, Flávia Sousa de; GONÇALVES, Luiz Gonzaga (Orgs). **Memórias Escolares: Quebrando o Silêncio**. Fortaleza; Enduece, 2017. Pág 76-83.

SILVA, Márcia da. Poder local: conceito e exemplos de estudos no Brasil / Local Powers: conceptandexamplesofstudies in Brazil. **Revista Sociedade & Natureza**, [S.l.], v. 20, n. 2, nov. 2008. ISSN 1982-4513. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9379>>. Acesso em: 16 maio 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Quem é o Povo no Brasil?**Digitalização de Cadernos do Povo Brasileiro – 2[Exemplar nº 2113]. eBooksBrasil, 2008.

STAKE, Robert E. **Pesquisa Qualitativa estudando como as coisas funcionam.** Tradução: Karla Reis; revisão técnica: Nilda Jacks.- Porto Alegre: Penso, 2011. 263 p.

TEIXEIRA, Elenaldo Celson. **O Local e o Global: Limites e Desafios da Participação Cidadã.** São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

YIN, Robert K. **Pesquisa Qualitativa do início ao fim.** Tradução: Daniel Bueno; revisão técnica: Dirceu da Silva. – Porto Alegre: Penso, 2016.

ANEXOS
REGISTRO DIGITAL DA PESQUISA

FASE DE LEVANTAMENTO DE DADOS (Acervo Pessoal)

VISITA À COMUNIDADE TABAJARA



Caminhos até a Comunidade Indígena



Entrada da Comunidade Indígena



Habitações indígenas



Oca Central e Diálogo com o Cacique

VISITA AO QUILOMBO IPIRANGA



Entrada do Quilombo



Local de Apresentação do Coco



Museu do Quilombo

TERRITÓRIO INDÍGENA COM PROJETO DE REFLORESTAMENTO



VISITA À BARRA DE GRAMAME



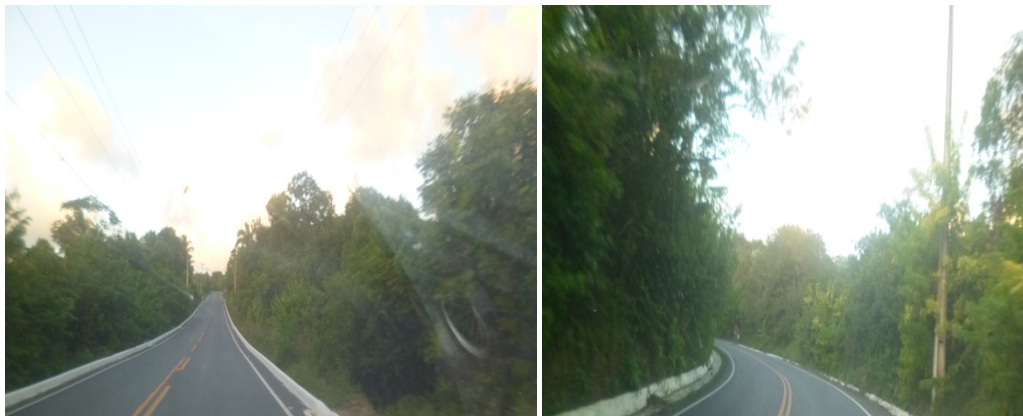
Divisa João Pessoa e Conde (Norte)

ENTRADA DO CONDE



Eucaliptos

ZONA DA MATA



Acesso entre Conde e Gurugi

VISITA À FEIRA



Feira Central do Conde

VISITA A VILA DOS PESCADORES



Colônia dos Pescadores

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EJA



DIÁLOGO COM ALUNOS DO PROJETO CONDE ALFABETIZADO



Turma da Igreja Católica



Turma da Igreja Anglicana



Alfabetizador do Projeto

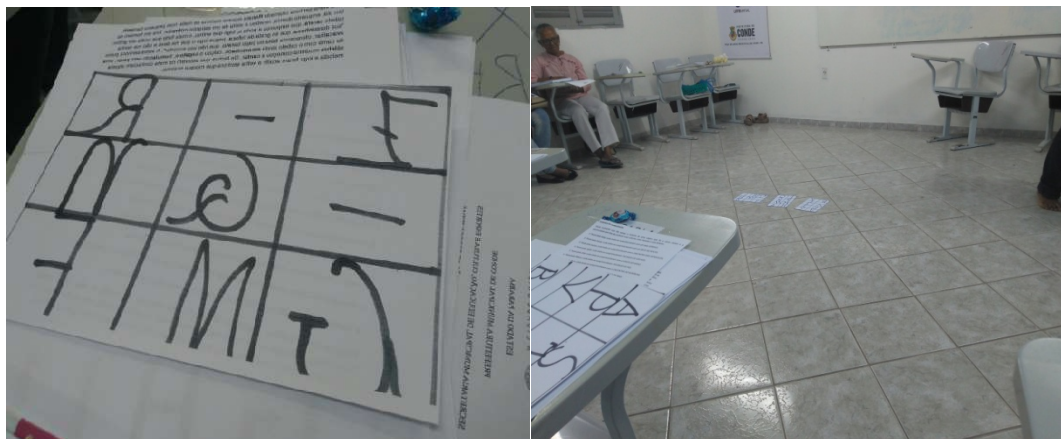


Material Didático e organização das Salas



Conteúdo Trabalhado

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS ALFABETIZADORES DO PROJETO CONDE ALFABETIZADO





PREFEITURA DO CONDE/PB



APÊNDICE I

Roteiro de Entrevista II – Professores

Parte 1 – Identificação do entrevistado

Nome

Idade

Sexo

Formação

Tempo de serviço e atividades que desenvolve na Educação de Jovens e Adultos no município do Conde

Parte 2 – Questões semiestruturadas e abertas

01. Conde (PB) – Que lugar é esse? Como você vê esse lugar? Saber sobre a história de construção do Poder Local
02. Como você chegou até o trabalho com Educação de Jovens e Adultos?
03. O que mantém você como sujeito da Educação de Jovens e Adultos?
04. Como se efetivam as trocas de saberes no âmbito da sua sala de aula?
05. Que ações de incentivo à cultura local têm sido desenvolvidas nos campos da EJA do Conde (PB)?
06. Como se efetiva a articulação entre escolas e secretaria de educação do Conde (PB)?
07. Quais os desafios e necessidades do trabalho com a EJA?
08. Quais as possibilidades para o trabalho com a Educação de Jovens e Adultos?
09. O que você sabe sobre o PME/Conde?
10. Qual a sua participação na construção das metas do PME/Conde para a EJA?

1.2.3-Roteiro de Entrevista III – Equipe da Gestão Municipal e Secretaria de Educação

Parte 1 – Identificação do entrevistado

Nome

Idade

Sexo

Formação

Tempo de serviço e atividades que desenvolve na Educação de Jovens e Adultos no município do Conde.

Parte 2 – Questões semiestruturadas e abertas

01. Conde (PB) – Que lugar é esse? Como você vê esse lugar? Saber sobre a história de construção do Poder Local
02. Quais os problemas mais graves na Educação de Jovens e Adultos?
03. Como você chegou aqui na EJA?
04. Que o tipo de atividade você desenvolve na EJA?
05. O que te mantém como sujeito da EJA?
06. Quais foram os seus aprendizados aqui na EJA?
07. Como você aprendeu a ser educadora, secretária, gestora, etc?
08. Quais as suas percepções sobre a EJA?
09. Qual a importância desse trabalho/estudos na EJA?
10. Em que medida a prática pedagógica da EJA tem contribuído para sua formação pessoal e profissional?
11. Como é a sua vivência no cotidiano aqui no município do Conde?
12. Como se organiza a EJA municipal?
13. Como é a sua relação com o Poder Local?
14. Qual a diferença entre o ensino fundamental e a EJA do município do Conde?
15. O seu trabalho tem como fio condutor a educação popular? Por quê?
16. Quais as suas vivências com a cultura local aqui na comunidade?
17. Como se efetivam as trocas de saberes no âmbito da EJA?
18. Que ações de incentivo à cultura local têm sido desenvolvidas nos campos da EJA do Conde (PB)?

19. Como se efetiva a articulação entre escolas e secretaria de educação do Conde (PB)?
20. Como foi construído o PME/Conde? Qual a sua participação nesse processo?
21. Houve a participação popular? Houve participação das escolas? Como se efetivou tais participações?
22. Quais são as metas para a EJA presentes no PME do Conde (PB)?
23. Que ações estão sendo desenvolvidas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e das escolas para a materialização das metas para os campos de Jovens e Adultos do PME do Conde (PB)?

APÊNDICE II

1.2.1- Roteiro de Entrevista I Para Grupo Focal – Alunos

Parte 1 – Identificação do entrevistado

Nome

Idade

Sexo

Série que cursa

Tempo de estudos na Educação de Jovens e Adultos no município do Conde

Parte 2 – Questões semiestruturadas e abertas

01-O que te fez regressar à sala de aula?

02-O que espera conseguir frequentando a sala de aula?

03-Aponte as maiores dificuldades que um aluno da EJA encontra para continuar nos estudos?

04-Na sua visão o que a professora, o professor de EJA precisa conhecer de seu aluno para fazer um bom trabalho educacional?

05-Quais são os assuntos que você tem mais facilidade de estudar?

06-Quais foram os seus aprendizados aqui na EJA/ no projeto Conde Alfabetizado?

07- Pretende continuar os estudos?

08-Quais as suas necessidades como aluno?

09-Quais os desafios que precisam ser vencidos para permanecer estudando?

10-Como é a sua relação com as pessoas com as pessoas e o ambiente da sala de aula?

APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Orientação para Alunos)

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre **“O Reverso nas Políticas Educacionais Brasileiras: A Educação de Jovens e Adultos como elo Frágil no Plano Nacional de Educação (2014- 2014) e suas Possibilidades no Plano Municipal de Educação do Conde (PB)”** e está sendo desenvolvida pelo(s) pesquisador(es) **Flávia Sousa de Sena**, aluno(s) do Curso de **Mestrado em Educação, no Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE, do Centro de Educação** da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. **Luiz Gonzaga Gonçalves**.

O objetivo Geral do estudo é investigar o processo de materialização das metas do PNE (2014-2024) no PME/Conde (PB) com ênfase nas metas da EJA, bem como, os objetivos específicos visam investigar as características inerentes aos processos de enraizamento do compromisso do poder local em espaços de Educação de Jovens e Adultos, no município do Conde (PB) e identificar as ações desenvolvidas pela rede de educação do Conde (PB) no âmbito do PME (2014-2024) com comprometimento com a educação de Jovens e Adultos, de acordo com as metas do PNE (2014-2024).

A finalidade deste trabalho é contribuir para a concretização de avanços na Educação de Jovens e Adultos do município do Conde (PB).

Solicitamos a sua colaboração em entrevistas semiestruturadas gravadas e/ou filmadas e em grupos focais, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica (*se for o caso*). Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (*se for o caso*).

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

Assinatura da Testemunha

Contato do Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) Flávia Sousa de Sena.

Rua Manoel de Góes, nº 133 – São Bento – Bayeux – PB.

☎ (83) 98628-2972 – E-mail: **flaviasena.alves@hotmail.com**

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: **comitedeetica@ccs.ufpb.br**

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante

Observações:

Os sujeitos desta pesquisa são todos maiores de 18 anos.

Cada entrevistado e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Orientação para Professores)

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre **“O Reverso nas Políticas Educacionais Brasileiras: A Educação de Jovens e Adultos como elo Frágil no Plano Nacional de Educação (2014- 2014) e suas Possibilidades no Plano Municipal de Educação do Conde (PB)”** e está sendo desenvolvida pelo(s) pesquisador(es) **Flávia Sousa de Sena**, aluno(s) do Curso de **Mestrado em Educação, no Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE, do Centro de Educação** da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do(a) Prof (a) **Luiz Gonzaga Gonçalves**.

O objetivo Geral do estudo é investigar o processo de materialização das metas do PNE (2014-2024) no PME/Conde (PB) com ênfase nas metas da EJA, bem como, os objetivos específicos visam investigar as características inerentes aos processos de enraizamento do compromisso do poder local em espaços de Educação de Jovens e Adultos, no município do Conde (PB) e identificar as ações desenvolvidas pela rede de educação do Conde (PB) no âmbito do PME (2014-2024) com comprometimento com a educação de Jovens e Adultos, de acordo com as metas do PNE (2014-2024).

A finalidade deste trabalho é contribuir para a concretização de avanços na Educação de Jovens e Adultos do município do Conde (PB).

Solicitamos a sua colaboração em entrevistas semiestruturadas gravadas e/ou filmadas e em grupos focais, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica (*se for o caso*). Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (*se for o caso*).

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

Assinatura da Testemunha

Contato do Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) Flávia Sousa de Sena.

Rua Manoel de Góes, nº 133 – São Bento – Bayeux – PB.

☎ (83) 98628-2972 – E-mail: **flaviasena.alves@hotmail.com**

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: **comitedeetica@ccs.ufpb.br**

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante

Observações:

Os sujeitos desta pesquisa são todos maiores de 18 anos.

Cada entrevistado e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido